



**DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA À GENGIBRE:
CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM-PB.**

José Miranda Júnior

GUARABIRA-PB
2016

José Miranda Júnior

**DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA À GENGIBRE:
CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM-PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação de História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador (a): Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto

GUARABIRA- PB
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M672c Miranda|Júnior, José
Da colonização portuguesa à Gengibre: [manuscrito]:
construção histórica do município de Belém-PB. / José Miranda
Júnior. - 2016.
65 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto,
Departamento de História".

1. Colonização portuguesa. 2. Ocupação da Paraíba. 3.
História local. 4. Gengibre/Belém. I. Título.

21. ed. CDD 981.33

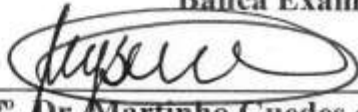
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA À GENGIBRE: A CONSTRUÇÃO
HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM (PB)

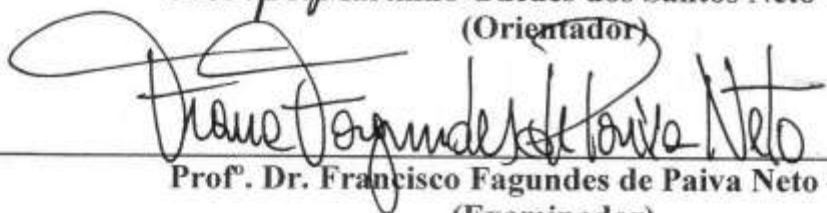
Defendida em: 18 / 05 / 2016

José Miranda Júnior

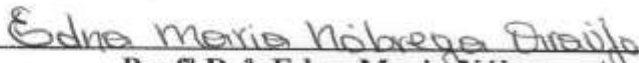
Banca Examinadora



Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto – UEPB
(Orientador)



Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto - UEPB
(Examinador)



Prof. Dr. Edna Maria Nóbrega Araújo.
(Examinador)

Dedicatória

Aos trabalhadores e trabalhadoras, urbanos e rurais, que constroem, no Agreste Paraibano, sua Casa Comum, chamada Belém.

Agradecimentos

A Deus, misericordioso e libertador, por Sua eterna benevolência.

Aos meus amados pais, José Miranda e Maria da Luz, e irmãos: Daniele, César, Denize e Dayanne Miranda, pela contribuição nesse itinerário permanente de busca pelo conhecimento e pelos valores humanos, vivenciados em família, fundamentos de meu agir em sociedade.

Aos professores do curso de História do campus de Guarabira, em especial ao caro professor Martinho Guedes pela orientação deste meu trabalho.

Aos queridos idosos entrevistados: Bernadete Costa Santos, Francisca Xavier dos Santos, “Dona Francisquinha”; Francisco de Assis Porpino dos Santos (in memoriam), José Barbosa, Manoel de Oliveira, “Manuca”; Maria Amarante, Maria Flor de Jesus, “Maria de Tinô” (in memoriam). A todos, minha gratidão pelo contributo fundamental dos depoimentos, repletos de sabedoria e vivacidade.

E, finalmente, aos amigos e amigas que conviveram comigo nesses anos de formação acadêmica, especialmente Janielle Rego, Franciele Almeida, Dannielly Viana, Jackson Leandro, Tibério Emerson e Wellington Pereira pelos memoráveis diálogos durante o percurso cotidiano entre a Casa do Pão (Belém) e o Berço das Garças Azuis (Guarabira).

“Para que servem belas estradas e aeroportos, belos edifícios e grandes palácios se foram construídos com o sangue de pobres que jamais vão desfrutá-los”.

Dom Oscar Romero

DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA À GENGIBRE: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM-PB.

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como objetivo analisar o processo de formação do município de Belém, localizado na mesorregião do Agreste Paraibano, e sua relação nos processos históricos regionais a partir do século XVI, com a ocupação portuguesa do interior da então Capitania da Paraíba, à constituição do povoado de Gengibre, no século XIX, denominação primitiva da localidade em estudo. Além do referencial bibliográfico e do uso de fontes oficiais e escritas, como documentos de Cartório, Livro de Registro de Batismos e vastos recortes de jornais impressos, principalmente do século XIX, foram utilizadas transcrições de entrevistas com moradores que vivenciaram ou herdaram, da oralidade dos seus antepassados, particularidades de eventos que, relacionadas às demais fontes consultadas, contribuíram na compreensão de outros aspectos socioculturais e econômicos, diminuindo a lacuna historiográfica local, verificada nas pesquisas empreendidas, sobre os aspectos históricos constitutivos do município de Belém.

Palavras-chave: Colonização portuguesa, ocupação da Paraíba, história local, Gengibre/Belém.

Sumário

Introdução.....	10
1. A colonização portuguesa de Gengibre: formação e povoamento	12
1.1 Os nativos e a invasão do território.....	12
1.2 As sesmarias belenenses.....	27
2. De Gengibre à Belém: a construção histórica do município	33
2.1 Gengibre. A origem.....	33
2.2 Terras da Conceição.....	50
CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	61

Introdução

A escolha do município de Belém, localizado na mesorregião do Agreste Paraibano, como objeto de estudo deste trabalho, deve-se à lacuna historiográfica local sobre o processo de formação da referida localidade e sua participação nos processos históricos regionais ao longo dos séculos, desde a ocupação das terras interioranas da então Capitania da Paraíba à constituição do povoado de Gengibre no século XIX, emancipado, político-administrativamente, como Belém no ano de 1957.

Os acontecimentos relacionados a Belém durante o período colonial, narrados neste texto, não devem ser compreendidos de maneira isolada, mas dentro de um contexto geral de transformações de um território mais abrangente, os chamados “Sertões da Copaoba”, ou seja, o interior da capitania em via de ocupação. Por isso, as fontes utilizadas nesta parte são genéricas, e de certa forma escassas, ao discorrermos sobre o enfoque de estudo nesse período, mas necessárias, assim como a abrangência temporal, para entendermos a construção histórica dessa região e, por conseguinte, de Belém.

Além das fontes oficiais ou escritas, como documentos de Cartório, Livro de Registro de Batismos e vastos recortes de jornais impressos, principalmente do século XIX, utilizamos transcrições de uma série de entrevistas realizadas com moradores que vivenciaram ou herdaram da oralidade dos seus antepassados, particularidades de eventos, também abordados no referencial bibliográfico consultado, que nos ajudam a compreender outros aspectos socioculturais e econômicos constituintes do lugar ora estudado.

No primeiro capítulo *A Colonização Portuguesa de Gengibre: Formação e Povoamento*, descrevemos e analisamos brevemente alguns apontamentos historiográficos sobre a presença de grupos indígenas na região, as ações desenvolvidas pelos colonizadores para a ocupação do território e a resistência dos nativos, especialmente relacionadas à área denominada de “Serra da Copaoba”, na parte onde se formaria, posteriormente, o povoado que deu origem a Belém. Ainda neste capítulo, empreendemos um levantamento, a partir de fontes secundárias, sobre a distribuição de sesmarias vinculadas à formação territorial do município de Belém na atualidade.

O capítulo segundo, *De Gengibre à Belém: A Construção Histórica do Município*, reportará o apanhado de referências oficiais sobre a povoação de Gengibre e sua crescente dinâmica social e econômica, inserida no contexto regional da época, expostas sobretudo nos jornais impressos consultados do final do período oitocentista. Além disso, serão confrontadas

as versões acerca das constantes mudanças do nome do povoado e a influência da Igreja Católica na formação territorial da atual cidade Belém.

Portanto, devido às características peculiares do objeto de estudo, ou seja, uma história local quase que exclusivamente sustentada pela oralidade, correndo o risco de perder-se no decorrer do tempo. Para o desenvolvimento deste trabalho sobre a construção histórica do município de Belém fez-se necessária uma abordagem por vezes descritiva a respeito de alguns episódios, contudo não limitada apenas nesta perspectiva de linguagem. Buscamos, também, analisar fatos e situações não sob a ótica corográfica ou de exaltação de vultos locais, mas dialogando com uma abordagem crítico-analítica sobre os acontecimentos históricos.

Capítulo 1

A colonização portuguesa de Gengibre: formação e povoamento

1.1 Os nativos e a invasão do território

No final do século XVI, o território que abrange na atualidade o município de Belém, no Agreste Paraibano, constituiu-se em palco de intensos conflitos entre os índios Potiguaras¹, nativos da região, e os colonizadores portugueses, os quais receberam o apoio da tribo indígena Tabajara, liderada pelo cacique Piragibe e fixada nos arredores do então povoado de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa), durante as investidas contra os rivais Potiguaras na chamada Serra da Copaoba².

O historiador paraibano Horácio de Almeida, em sua História da Paraíba (1997), confirma a Serra da Copaoba como sendo a “principal cidadela” dos Potiguaras no princípio da colonização da Paraíba, no final do século XVI:

Os potiguaras, conquanto bem mais numerosos, não eram os mais antigos. Deviam ter chegado ao território da Paraíba, segundo a opinião dos mais autorizados historiadores, em época contemporânea a do descobrimento do Brasil. Não de muito tempo, realmente, seria a sua permanência no lugar, pois ocupavam apenas uma pequena faixa, nas encostas da serra da Copaoba, contraforte da Borborema, onde ficam os atuais municípios de Serra da Raiz, Caiçara, Duas Estradas, Belém e Pirpirituba. Tinham ali a sua principal cidadela. Como esse reduto ficasse próximo do mar, faziam incursões por todo o litoral, mantendo aldeias, como postos avançados, na Baía da Traição, na foz do Mamanguape e nas imediações da embocadura do Paraíba. Do litoral paraibano, estenderam-se pelo Rio Grande do Norte, de onde passaram, em sucessivas levas, para a Serra da Ibiapaba, no Ceará, e para o Maranhão, chegando muitos deles ao Pará (ALMEIDA, 1997, p. 238-239).

Aliados aos franceses que exploravam a ibirapitanga (pau-brasil) de suas terras, e em troca recebiam utensílios diversos, inclusive munição como chumbo e pólvora utilizada contra os adversários³, os índios Potiguaras sob a liderança dos caciques Pao-Seco e Zorobabé

¹ Potiguaras - variação de Potiguares - é um termo de origem tupi-guarani que pode ser traduzido como “comedores de camarão”. “O próprio etnônimo suscita discussão: seriam Petiguares – povo do fumo – ou Potiguares – povo do camarão? Com o tempo, o segundo nome vingou, sendo inclusive aportuguesado na dinastia que se instalou.” (MONTEIRO, 2001, p.70).

² Território que hoje compreende os municípios de Belém, Caiçara, Duas Estradas, Pirpirituba, Sertãozinho e Serra da Raiz Na língua tupi-guarani, Copaoba (também referenciada como Cupaoba ou Ocupaoba) significa “serra que não tem fim”, ou “o que ao longo se estende”, como indica estudos linguísticos.

³ Segundo a Tese de John M. Monteiro, intitulada: TUPIS, TAPUIAS E HISTORIADORES. Estudos de História Indígena e do Indigenismo, os Potiguaras “contavam com o apoio de alguns franceses que forneceram chumbo e pólvora como reforço para os já temíveis arcos desse povo.” Disponível em: < www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf />. Acesso em: 02 jul.2015.

resistiram por muitos anos aos ataques da aliança luso-tabajaras na região da Serra da Copaoba até serem derrotados após sangrentos conflitos e arrasadoras epidemias de varíola (“bexiga”) que dizimaram milhares de indígenas entre os anos de 1587 e 1600, durante as administrações do Ouvidor-Geral Martim Leitão⁴ e dos capitães-mores da Paraíba João Tavares (1585 a 1588), Frutuoso Barbosa (1588 a 1591), André de Albuquerque Maranhão (1591 a 1592) e Feliciano Coelho de Carvalho (1592 a 1600). Como pondera Gonçalves (2007),

Pode-se dizer que a epidemia de bexiga foi a principal parceira dos portugueses nessa campanha, caracterizada por uma matança desenfreada. Ainda antes da ocupação da barra do Rio Grande [do Norte], como já dissemos, as tropas que partiram da Paraíba, capitaneadas pelo próprio Feliciano Coelho, foram obrigadas a retornar, depois de baixas sucessivas em suas fileiras, provocadas pelo mal. Trata-se da primeira notícia que se tem da epidemia nessa ocasião, o que faz supor que os Potiguara a tenham contraído depois de entrarem em contato com os restos de alimentos e objetos deixados, propositadamente ou não, por essa tropa nos acampamentos abandonados ao longo do trajeto. O fato é que, rapidamente, a doença espalhou-se entre os nativos, provocando uma mortandade só comparável à imposta pelas armas coloniais (GONÇALVES, 2007, p.133, grifo nosso).

Forçados a um acordo de paz, os sobreviventes Potiguaras foram aldeados e escravizados ou migraram para o Rio Grande do Norte, abrindo, assim, caminho para a ocupação do interior da Capitania da Paraíba pelos portugueses, juntamente com os espanhóis no período que vigorou a União Ibérica⁵. Entretanto, o ambiente conflituoso permaneceu e os remanescentes dos Potiguaras continuaram a resistência intensificada com o descumprimento de acordos por parte dos colonos:

Do ponto de vista indígena, essas duas primeiras décadas do século 17, depois do fracasso do acordo de Paz de 1599, significaram tempos de uma resistência ainda mais feroz, com o objetivo de preservar não só o que restara das suas tradições ancestrais, mas, inclusive, a sua própria existência física. Os termos de paz não foram respeitados pelos colonos que empunham a cruz, foice e espada para transformar os nativos em trabalhadores disciplinados para a economia açucareira. Os direitos teoricamente atribuídos aos índios – preservação da sua terra e da sua família e proteção através da conversão ao cristianismo – não foram cumpridos na prática (GONÇALVES, 2007, p. 143).

O extermínio simultâneo à escravização dos Potiguaras estava inserido no contexto regional de expansão da agromanufatura açucareira financiada pelo capital mercantil europeu nas colônias portuguesas, que nesse momento necessitavam de mão-de-obra para a

⁴ Martim Leitão era natural de Soalhães, Portugal. Além de ter exercido a função de Ouvidor-Geral no período da conquista da Paraíba, foi um dos integrantes da junta trina que governou o Brasil entre 1587 a 1591.

⁵ União Ibérica foi a unidade política, de 1580 a 1640, das monarquias de Portugal e de Espanha após a Guerra da Sucessão Portuguesa, da qual saiu vitoriosa a Coroa Espanhola. A união dinástica juntou as duas coroas, bem como as respectivas possessões coloniais, sob o controle da monarquia espanhola durante a chamada dinastia Filipina, a partir de Filipe II de Espanha, coroado como Filipe I de Portugal em 1581.

consolidação e ampliação de seus empreendimentos. Com isso os remanescentes dos Potiguaras e de outros grupos nativos se tornaram fundamentais para as empreitadas dos colonos devido à escassez de mão-de-obra africana.

Além da obtenção de mão-de-obra indígena, Gonçalves (2007) aponta mais dois objetivos do aprisionamento dos Potiguaras: a segurança da Capitania e a distribuição das terras dos nativos para “àqueles que participavam do esforço da conquista”:

As sucessivas expedições de apresamento dos índios Potiguara, sob o mote da “limpeza do terreno”, respondiam, assim, a uma tripla finalidade dos conquistadores: a) a garantia da segurança, b) a expansão das formas de trabalho forçado, das quais dependia a exploração agrícola destinada ao mercado externo e, c) o despovoamento nativo das terras que serviriam, sob a forma de sesmarias, como recompensas àqueles que participavam do esforço da conquista. [...] O descimento dos Potiguara da Copaoba e das aldeias das praias ao norte, para a várzea do [Rio] Paraíba, disponibilizou, em tese, um considerável estoque de mão-de-obra para as atividades econômicas que estavam sendo implantadas ou se desenvolvendo na área (GONÇALVES, 2007, p. 169 e 172, grifo nosso).

No campo do debate teórico sobre a produção do conhecimento histórico, Joana Neves (1997) destaca em sua “História Local e Construção da Identidade Social” que não se podem desvincular os processos históricos local do geral, e vice-versa, como apontamos acima sobre a ocupação da Capitania da Paraíba e as questões econômicas regionais envolvidas naquela época, pois

Da mesma forma que o passado e o presente são interligados na produção do conhecimento histórico, o geral e o local se articulam na nossa visão da história. Cada local é o recorte de uma realidade mais ampla que o contextualiza e aquilo que se entende por geral, é o somatório de realidades locais que se relacionam por meio de processos mais amplos e abrangentes. O local, fora de um contexto geral, é apenas um fragmento e o geral sem o respaldo das realidades locais, é apenas uma abstração; e, neste caso, ambos estarão destituídos de sentido (NEVES, 1997, p. 22).

Seguindo o viés das relações locais-regionais e globais na construção histórica da conquista da Capitania da Paraíba, se faz necessário pontuar a dependência político-econômica desta capitania às elites pernambucanas⁶, fator preponderante para a forma de ocupação e utilização das terras dos Potiguaras, inclusive a serra da Copaoba.

Não é de se estranhar, portanto, que, em conjuntura tão favorável, a poderosa e rica aristocracia açucareira de Pernambuco, bem como os grandes comerciantes ali instalados, fizessem todos os esforços para derrotar os Potiguara e os franceses, promover, ao mesmo tempo, o despovoamento indígena e o povoamento branco, dividir a terra e organizar a produção para extrair “proveito”. [...] Do ponto de vista militar e administrativo, a Capitania Real da Paraíba se constituía como uma unidade diretamente subordinada ao

⁶ Dependência que viria a ser radicalmente efetivada com a Resolução Real de 29 de dezembro de 1755, do Conselho Ultramarino, anexando a Capitania da Paraíba à de Pernambuco, situação que perdurou até 1799.

poder real e a seu representante na colônia, no caso o Governador-geral do Estado do Brasil. [...] No entanto, no que diz respeito às vinculações econômicas e políticas, observou-se a transposição, para o novo território, de ramos das famílias já instaladas em Pernambuco (GONÇALVES, 2007, p. 186).

Anterior ao domínio luso-espanhol sob os nativos da Copaoba, um episódio sangrento envolvendo os Potiguaras, o qual ficou conhecido como a “Tragédia de Tracunhaém” pelas centenas de vítimas da chacina, motivou a criação da Capitania Real da Paraíba em 1574 - que se estendia do Rio Abiaí⁷, ao sul, até a Baía da Traição, ao norte; após desmembramento da Capitania de Itamaracá criada pela Coroa Portuguesa, desde 1534, com a instituição do sistema de Capitânicas Hereditárias⁸ - cujo objetivo era ocupar o território e expulsar os temíveis Potiguaras, impedindo que possíveis revoltas se espalhassem por outras Capitânicas, além de afugentar os franceses da área em litígio.

Observemos, portanto, que as medidas administrativas da coroa colaboraram com os esforços tanto de esvaziamento da resistência indígena, quanto de fortalecimento das elites pernambucanas sobre o território da Capitania da Paraíba, tendo como ápice as medidas adotadas pelo rei D. João III após a tragédia de Tracunhaém.

De acordo com estudos de pesquisadores locais, a exemplo do serrano José Augusto de Oliveira⁹, o ataque ao engenho de Tracunhaém, ocorrido na então Capitania de Itamaracá¹⁰, teve origem no Aldeamento da Copaoba, atual território da Serra da Raiz, município fronteiriço a Belém.

No ano de 1574, o cacique potiguara Iniguaçu (do tupi: ‘Rede Grande’) organizou um amplo contingente de indígenas da tribo, a partir do Aldeamento da Copaoba, em direção ao vale do Rio Tracunhaém, nas imediações do atual município Pernambucano de Goiana, para resgatar sua filha Iratembé (da língua tupi: ‘Lábios de Mel’) raptada por um mameluco da região. Conta-se, porém, que o cacique Iniguaçu teria consentido a união do mameluco com Iratembé, mas era necessária a permanência do casal no Aldeamento da Copaoba.

O acordo foi descumprido e teria motivado o resgate - depois de várias tentativas diplomáticas - com o ataque sangrento dos indígenas ao engenho Tracunhaém, onde estaria a

⁷ Rio com nascente no município de Alhandra, no litoral sul do estado da Paraíba, que faz fronteira natural com o estado de Pernambuco. Em tupi-guarani, o termo Ibiaí significa “rio dos homens varões”, ou em outra versão “água da fruta”.

⁸ “Em 1534, El-rei dom João III [de Portugal] dividiu a colônia americana em quinze faixas de terra com largura entre 200 e 650 quilômetros, indo do litoral à linha do Tratado de Tordesilhas. Eram as Capitânicas Hereditárias, mesmo sistema utilizado nas ilhas do Atlântico. Elas foram entregues a senhores chamados de capitães donatários” (ARRUDA; PILETTI, 2002, p. 192, grifo nosso).

⁹ Cf. Jornal A União. O Pioneirismo de Serra da Raiz. João Pessoa, 08 de agosto de 2007, p.05.

¹⁰ Capitania Hereditária concedida a Pero Lopes de Souza que abrangia desde o Rio Santa Cruz, onde hoje está localizada a cidade de Igarassu, em Pernambuco, até a Baía da Traição, na Paraíba.

cunhã após ser impedida de voltar a Copaoba pelo proprietário de engenho Diogo Dias, apesar da intervenção, inclusive, do Governador-Geral do Brasil Antônio Salema que se encontrava em Olinda e autorizara a volta da filha de Iniguaçu para a Copaoba junto com seus irmãos que foram reclamar ao governador sobre o rapto de Iratembé.

O engenho de Diogo Dias foi totalmente destruído pelos Potiguaras, vitimando centenas de moradores na propriedade. Segundo o historiador Maximiano Lopes Machado foram mais de 600 mortos¹¹, e os ataques foram expandidos também para outros engenhos da região do vale do Rio Tracunhaém, espalhando terror entre os donos de engenhos e moradores daquela região. Não há relato histórico de que a filha do cacique Iniguaçu, a jovem Iratembé, teria conseguido escapar do Engenho Tracunhaém.

A despeito desse episódio inusitado, até novelesco, envolvendo a filha do cacique potiguara, o fato é que a animosidade entre colonos e nativos era crescente e não tardaria o surgimento de conflitos, pois o que realmente estava em disputa era a ocupação do território e sua seguida exploração que, conseqüentemente, causaria a expulsão dos silvícolas, ou antes, o extermínio ou a escravização, como ocorreu.

Tal campanha dos Potiguaras contra os engenhos no Vale do Tracunhaém contou, provavelmente, com a participação dos franceses. Segundo matéria do jornal A União, publicada em 2007 sobre “O pioneirismo de Serra da Raiz”,

[...] sabia-se que os franceses tinham a intenção de se apoderar das terras brasileiras, principalmente as litorâneas, muito povoadas de ibirapitangas e também adequadas para a agricultura, principalmente para o plantio da cana-de-açúcar, as mercadorias nobres da época. Cientes da provocação que sofrera Iniguaçu, os franceses começaram a incitá-lo à guerra. Prometiam homens, armamentos e transporte por mar, já que eram hábeis navegadores (JORNAL A UNIÃO, 08 de Ago., 2007, p. 05)”.

Admite-se, entretanto, na mesma matéria jornalística, que ainda é “obscuro” o modo de como teria procedido à saída dos Potiguaras do aldeamento da Copaoba com destino ao engenho em Tracunhaém. Mas não restariam dúvidas da participação dos franceses na expedição bélica, isso por que:

Não se sabe, com exatidão, se os cerca de 1.500 a 2.000 índios reunidos por Iniguaçu, foram levados por mar até as praias de Goiana (PE), por seus aliados franceses. Ou se seguiram a pé, cortando as trilhas de serras entre Serra da Raiz e Itabaiana, daí penetrando

¹¹ Fonte: MARCIEL, Eraldo Eronides; MACÊDO, José Emerson Tavares. **Nativos da Nova Terra: O indígena do sertão parahybano no contexto colonial**. ANPUH-PB, Anais do XIII Encontro Estadual de História, Guarabira, 2008. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2015%20Eraldo%20Eronides%20Maciel%20e%20Jos%C3%A9%20Emerson%20Tavares%20de%20Mac%C3%AAdo%20TC.PDF> Acesso em: 30 de dezembro de 2015.

em Pernambuco. Este, é um episódio ainda obscuro da História. Sabe-se que, no meio dos índios, havia franceses especializados em artilharia, armamentos e assédios a fortins. O engenho Tracunhaém, nas imediações da atual Goiana (PE), também era um posto militar (JORNAL A UNIÃO, 08 de Ago., 2007, p. 05).

A proeminente atuação dos franceses na região da Serra da Copaoba, no período da Colonização da Paraíba, desperta outra controvérsia relacionada ao nível de suas relações com os Potiguaras. Para o pesquisador José Augusto de Oliveira¹², levando em consideração apontamentos de historiadores paraibanos, o Aldeamento da Copaoba configurava-se à época em uma verdadeira feitoria¹³ francesa devido às profundas relações mercantis que existiam entre os Potiguaras e os afamados corsários franceses que traficavam a ibirapitanga, peles de animais silvestres, entre outros produtos da fauna e flora, colocando esta região em destaque na reconstrução da história da conquista da Paraíba, pois uma década antes da criação oficial da cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, pelos espanhóis, existiria uma feitoria francesa e considerável organização no Aldeamento da Copaoba.

Na visão de Brito (2007)¹⁴, a Serra da Copaoba não se limitaria ao território dos municípios de Serra da Raiz, Belém, Caiçara e outros circunvizinhos na atualidade, mas tratava-se de “um território muito mais abrangente” que começaria desse “primeiro rebento lacônico da Borborema ao leste”, e se estenderia a todo “o extenso contraforte do Planalto da Borborema que se descortina para quem vem do litoral”. E conclui que, “segundo o historiador Elpídio de Almeida, até pelo menos o ano de 1674 era ainda a Borborema denominada de Copaoba”¹⁵.

Contudo, a proximidade da Serra da Copaoba, a partir da área que integra os municípios citados anteriormente, com o Litoral Norte paraibano, região de incidência dos corsários franceses, poderia indicar a existência de feitorias francesas e a possibilidade dos acontecimentos que levaram à Tragédia de Tracunhaém e a consequente criação da Capitania Real da Paraíba, como observa o pesquisador João Batista Lucas, também natural da Serra da Raiz, na matéria publicada no jornal A União, datada de 04 de fevereiro de 2006, com o título “A terra de Iniguaçu”:

¹² Cf. Jornal A União. O Pioneirismo de Serra da Raiz. João Pessoa, 08 de agosto de 2007, p.05.

¹³ “Feitoria (do latim *facere*, significando “fazer”) era o nome dado aos entrepostos comerciais europeus em territórios estrangeiros. Uma feitoria podia ser desde uma simples casa até um conjunto de equipamentos e estruturas militares ou de acolhimento e manutenção de navios. Funcionava como mercado, armazém, alfândega, defesa e ponto de apoio à navegação e exploração e, muitas vezes, sede ou governo de fato das comunidades locais.” Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Feitoria/>> Acesso em: 02 jul.2015

¹⁴ Vanderley de Brito é historiador e ex-presidente da Sociedade Paraibana de Arqueologia (SPA)

¹⁵ Fonte: BRITO, Vanderley de. **A Serra da Copaoba**. Colunista, Brejo.Com, Guarabira, 2007. Disponível em: <<http://www.brejo.com/colunistas/wmprint.php?ArtID=405>> Acesso em: 02 de julho de 2015.

Nas pesquisas de Batista, já foram identificados pontos de supostas feitorias francesas, em conluio com chefes potiguaras. O Lajedo do Alto, em Serra da Raiz, seria um observatório natural. Sendo o ponto mais alto entre a Cupaóba e o Litoral Norte, dali se avistava qualquer marcha de tropa inimiga que se aproximasse do aldeamento. [...] Em 1574, 11 anos antes da fundação da cidade de Felipéia, o aldeamento da Cupaóba já existia. Foi de lá que partiu a expedição indígena responsável pela chacina de Tracunhahén. Este episódio acelerou a colonização da Paraíba, autorizada já em 1575, por D. Sebastião, para impedir que os franceses, aliados dos potiguaras, tomassem conta dessas terras. Desde 1584 freqüentaram a Cupaóba os padres Jerônimo Machado, Simão Vasconcelos, Gaspar de San Pérez, Padre Pinto, também conhecido como "O apóstolo dos potiguaras" e o filho de João Tavares, frei Bernardino das Neves (JORNAL A UNIÃO, 2006, 04 de fev., 2006, p. 03).

Como observado na citação precedente, o aldeamento da Copaoba detinha, do ponto de vista estratégico para a defesa, características geográficas privilegiadas, uma barreira natural que certamente contribuiu na resistência empreendida contra os invasores. Nota-se, ainda, a atuação constante de religiosos católicos no processo de “cristianização” dos índios, procedimento comum em todo o território invadido, pois os religiosos eram um dos atores na ação colonizadora.

Sobre a atuação dos franceses e a existência de feitorias na Copaoba, por outro lado, Santos e Silva (2010) citam Tavares (1979) o qual aponta que:

Os franceses não tinham recursos para a criação de feitorias permanentes que assegurassem a continuidade do comércio com os selvagens, pois estavam sob a ameaça dos portugueses, que se consideravam donos da terra e mantinham constante vigilância na sua defesa contra as incursões estrangeiras. Por esse motivo os franceses costumavam deixar intérpretes no meio dos índios para aprender os costumes, gostos e língua (TAVARES apud SANTOS e SILVA, 2010, p. 63).

A duradoura aliança entre Potiguaras e franceses deveu-se à estratégia destes últimos em não interferir diretamente nas manifestações culturais dos índios, incorporando, inclusive, costumes indígenas para facilitar o relacionamento com os nativos, pois o objetivo era manter a rentabilidade financeira por meio da exploração dos recursos naturais da região, pois:

os franceses procuravam homenagear os potiguaras, naquilo que lhes eram mais caro, ou seja, sua valentia, o prestígio de seus guerreiros e sua liberdade. Os potiguaras não sofriam dos franceses qualquer afronta; nem mentiras, nem apresamento, nem quebra de padrões culturais. Respeitavam suas crenças (...) e até assistiam às suas festas (MONTEIRO apud SANTOS; SILVA, 2010, p. 68).

Embora na citação anterior pondere-se que não houve uma radical “quebra dos padrões culturais”, é plausível considerar que o contato dos franceses com os nativos tenha deixado marcas deletérias na sociedade indígena. A transmissão, por exemplo, de doenças

pelo contato íntimo, até mesmo veladamente consentido, entre os franceses e as mulheres indígenas, não deve ser menosprezado em um contexto hostil de colonização.

Se o relacionamento entre Potiguaras e Franceses transcorreu-se de maneira pacífica, isso não quer dizer que a atuação dos “louros de França” deva ser louvada como modelo a ser seguido pelos colonizadores das demais nacionalidades à época. O método utilizado pelos franceses não deve ser “romantizado”, mas compreendido como uma estratégia eficiente de exploração das terras dos indígenas, que também tinham seus interesses no escambo com esses corsários.

Sobre o processo de aculturação dos Potiguaras e das demais etnias é fundamental que destaquemos também a atuação da Igreja Católica através da catequese dos índios nas missões realizadas pelos Franciscanos, Jesuítas, Beneditinos, entre outras Ordens Religiosas, inclusive na tentativa de apaziguar os ânimos dos indígenas diante dos últimos confrontos contra os luso-espanhóis e os Tabajaras, como ocorreu na empreitada dos padres Jesuítas Francisco Pinto e Pero Rodrigues, na região da Copaoba:

O momento difícil em que os potiguaras estavam vivendo encorajou os padres jesuítas, que estavam recém estabelecidos na capitania do Rio Grande do Norte, a tentar estabelecer contato com estes gentios para oferecer doutrinação cristã e articular uma possível negociação de paz com os colonizadores. Com este propósito, dois missionários jesuítas, padres Francisco Pinto e Pero Rodrigues mandaram emissário à principal aldeia potiguara para avisar de suas intenções e, logo que receberam a licença, se aventuraram na região bravia da Copaoba para conduzir os entendimentos de paz com um principal das aldeias potiguara chamado Pau-Seco (BRITO, 2013, p. 71).

A presença de religiosos católicos no período em que se procedeu a colonização da Capitania da Paraíba, assim como em outras regiões do Brasil, foi essencial para o êxito das campanhas dos colonos na consolidação da posse das terras litorâneas e interioranas da capitania, pois ao contribuir na desarticulação da resistência dos indígenas os missionários abriram caminho para a efetiva ocupação do território, apesar de os métodos serem diferentes dos utilizados pelos colonos, que usavam de brutal violência física contra os nativos, indo de encontro com os métodos dos religiosos que pretendiam reduzi-los em aldeamentos de missões, visando à catequização, ao trabalho organizado, interpretado como escravização.

O processo de catequização dos nativos e seu consequente aldeamento por meio das Missões nas cercanias da Copaoba foram realizados especialmente por duas Ordens Religiosas: a Companhia de Jesus e a Ordem dos Frades Menores e suas ramificações como os Frades Franciscanos Capuchinhos. Dentre os jesuítas, destaca-se a figura do Padre Francisco Pinto (1552-1607), considerado o Apóstolo dos Potiguaras, personagem importante

no acordo de paz, firmado em 1599, entre Potiguaras e colonos, pouco tempo após a expulsão dos Jesuítas da Capitania da Paraíba, devido desavenças com o capitão-mor Feliciano Coelho de Carvalho.

A estratégia dos corsários franceses ao inserirem-se na cultura dos índios para tirarem proveito no contrabando da fauna e flora da Copaoba, também foi utilizada pelo Padre Pinto com a finalidade de catequizar, ao modo Jesuíta, os Potiguaras. O missionário jesuíta, empregando métodos da pajelança¹⁶, atraiu para si o respeito dos nativos que o intitularam de “amanaiara”, que na língua tupi significa “o senhor das chuvas”, sendo venerado pelos potiguaras após sua morte violenta perpetrada pelos índios Tapuias, sobre os quais discorreremos mais adiante.

[...] a “batalha pelo monopólio da santidade” foi uma luta mortal pelo poder espiritual, em que os rivais tentaram se apoderar dos instrumentos, dos símbolos, da fala dos outros. Neste sentido, é esclarecedor o exemplo do padre Francisco Pinto, que ficou conhecido entre os potiguaras do Rio Grande do Norte – que ele evangelizou no final do século XVI – como Amanaiara, “senhor da chuva”, como eram os caraíbas e, como os dos caraíbas, seus ossos se tornaram objeto de culto entre os índios (POMPA, 2001, p. 189).

Não há registro histórico sobre Missões jesuíticas, propriamente ditas, na região da Serra da Copaoba no período de atuação do Padre Francisco Pinto, apenas o contato do referido religioso e outros missionários jesuítas com os potiguaras, levando ao conhecido desfecho do acordo de paz com os portugueses. Entretanto, com a expulsão dos jesuítas da Capitania da Paraíba em 1593, os Franciscanos instalaram a primeira Missão da Ordem Religiosa nas proximidades da Copaoba, no início do século XVII, no lugar chamado “Guiraobira”, ou seja, na atual cidade de Guarabira, distante apenas 23 quilômetros da cidade de Belém, ambas localizadas na atual mesorregião do Agreste Paraibano.

Analisando o mapa projetado pelo naturalista alemão Georg Marcgrave (1610-1644), durante expedições nas capitanias do Nordeste no século XVII, intitulado “Praefecturae de Paraiba, et Rio Grande”, disponível na Biblioteca Nacional de Portugal, Brito (2013, p. 81) diz que “é possível se observar apenas três centros de catequese indígena na região norte da capitania, que era de domínio dos potiguara, [...] são elas: Umaripitanga, Guarataí e Guiraobira”, nas quais “os franciscanos instalaram os centros catequéticos de doutrina para estes nativos.”

Registra-se, também, mas no início do século XVIII, uma missão de padres seculares, ou seja, sem ligação com alguma Ordem Religiosa, nas cercanias da Serra da Copaoba, onde

¹⁶ Rituais de cura, invocações “espirituais” e afins praticados, através de cantos e danças, por lideranças religiosas indígenas conhecidas como “Pajés”.

hoje está situado o município de Sertãozinho, limítrofe com o município de Belém a sudeste. O aldeamento foi chamado, inicialmente, de Missão dos Sucuru, em alusão a esse grupo de índios Tapuias, trazidos do “Assu”, na Capitania do Rio Grande do Norte, pelo então capitão-mor Luiz Soares para reforçar a luta contra as outras etnias de Tapuias que resistiam aos colonizadores.

Contudo, essa missão posteriormente batizada de Missão “Boa Vista”, e segundo Brito (2013, p. 207), transferida para os cuidados de missionários Carmelitas, ficaria na atual cidade de Borborema devido às semelhanças de topônimos geo-históricos sobre esta localidade, a qual já foi denominada de “Boa Vista” e é banhada pelo rio “Canafístula”, que poderiam ser vinculados à missão que também era chamada de “Boa Vista” e estaria às margens do rio “Canafístula”.

Contrapondo à suposição de Brito (2013) sobre a localização da Missão dos Sucuru ou Boa Vista, Costa (1990) afirma que o local da missão estava próximo à cidade de Sertãozinho, baseando-se nas informações sobre os limites das sesmarias distribuídas no período¹⁷, os mesmos topônimos relacionados à referida missão e os ramos familiares que obtiveram sesmarias e povoaram o município de Caiçara, o qual abrangia, até o final do século XIX, a área que compreende os atuais municípios de Belém, Duas Estradas, Lagoa de Dentro, Logradouro, Serra da Raiz e Sertãozinho.

De acordo com Costa (1990, p. 91), a Sesmaria nº 160, datada de 21 de março de 1719, concedida ao sargento-mor Antônio Ferreira de Mendonça, entre outros, com ramificações familiares em Caiçara, limitava-se ao “norte com o ‘riacho CANAFÍSTULA’ (território caiçarense) onde estavam os tapuias sucurus (trazidos do Assu pelo capitão-mor Luiz Soares)” confirmando “a localização da missão dos sucurus, nas proximidades da Vila de Sertãozinho onde ocorre o riacho ‘Canafístula’”. E acrescenta outras Sesmarias que se relacionam com a missão dos Sucuru:

Entre o riacho Canafístula e o rio Curimataú, passa o contraforte da serra da raiz (divisor de águas das bacias do rio Curimataú e do Camaratuba), cujo acesso era difícil. Isto leva à conclusão de que a passagem para as terras dessa sesmaria [nº 160] subia dos sertões de Manoel Jorge pela Ladeira de Pedra [município de Belém], corredor dos tapuias. [...] Sesmaria de nº 162, de 28/2/1719, dá conta de terras destinadas a Domingos Vieira Machado e Zacarias de Melo, nas testadas dos índios sucurus, serra da Cupaóba pelo riacho da Canafístula (sertão de Manoel Jorge). [...] Sesmaria nº 175, de 10/1/1721, destinando terras ao já citado Manoel Jorge da Costa e seus filhos sargento-mor João Jorge e Bento Antônio da Costa no rio Curimataú. Terras parelhas com as da sesmaria nº 160. Menciona que essa sesmaria entesta pelo poente com terras que pertencem a Amaro Quaresma

¹⁷ No capítulo segundo deste trabalho analisaremos a distribuição de sesmarias na região da Copaoba, relacionadas a Belém.

Carneiro, pelo nascente com as que pertenciam à “missão dos sucurus”, no momento propriedade do mesmo Manoel Jorge (COSTA, 1990, p. 92).

Além da documentação sesmarial indicando, na análise de Costa (1990), a localização da missão dos Sucuru ou Boa Vista nas imediações da serra da Copaoba, no município da Serra da Raiz existe uma antiga comunidade rural chamada Boa Vista onde foi instalado um engenho de cana-de-açúcar no século XIX, também com a mesma denominação. Essa localidade, não muito distante do riacho Canafístula, coincide com os topônimos contidos nas cartas sesmarias sobre a missão dos Sucuru no século XVIII, no atual território do município de Sertãozinho, nome que alude aos “Sertões de Manoel Jorge” referido por Ismael da Costa (1990) no levantamento das Sesmarias distribuídas nessa região.

Essa breve exposição sobre as Missões Religiosas na região da Copaoba, similares às inúmeras missões espalhadas pelo território brasileiro ao longo dos séculos que sucederam ao descobrimento do Brasil, evidencia a histórica ligação entre a Igreja e o Estado na ocupação das novas terras descobertas além-mar, apesar das tensões entre ambas as partes causadas pela diferença dos métodos utilizados na capitulação dos nativos, pois os religiosos “eram impedidos de aspirar melhorias e desenvolvimento das populações aldeadas, tendo em vista que o propósito era, aos olhos do governo, manter a ordem social e políticas nas aldeias” (BRITO, 2013, p. 246).

Destoando dos comentaristas que pregam apenas os aspectos depreciativos das Missões empreendidas pelas Ordens Religiosas no período colonial brasileiro, Brito (2013) não considera “o projeto missionário como uma mácula de nossa história colonial”, apesar “das Missões terem servido para escravizar o índio e deturpar sua cultura”. Para o referido historiador, é necessário ponderar às contribuições socioeducativas das missões e a motivação subjetiva, no caso a religiosidade dos missionários, que perpassa a todos os seres humanos de formas variadas, isso porque:

O sistema missionário na Paraíba teve um papel significativo na formação cultural, social e religiosa do povo, porque a formação que os missionários transmitiam ia além do mero pronunciamento de sermões, realizações de missas e catequese. Suas funções atravessaram os muros da igreja e se fortaleciam no convívio ético e social das famílias. [...] o ardor missionário e zelo apostólico que impulsionavam esses missionários a enfrentar todas as dificuldades e ambientes desfavoráveis, tinha por objetivo apenas seguir os preceitos de São Paulo de levar a fé para os povos pagãos (BRITO, 2013, p. 246).

Outro grupo indígena com relevante presença nas proximidades da Copaoba era os Tapuias, da nação Tarairiú¹⁸. Apesar de serem considerados de hábitos nômades ou seminômades, os Tapuias dominavam as margens do Rio Curimataú¹⁹, especialmente a margem esquerda, adentrando nos territórios, por exemplo, dos atuais municípios de Tacima e Araruna, mas que em determinados períodos trafegavam pela Copaoba para a obtenção de alimentos ou em ações de apoio a indígenas da tribo na resistência aos colonizadores.

No que diz respeito ao domínio territorial dos Tapuias na região do Curimataú, Brito (2013) confronta-se com a análise corrente sobre a ocupação indígena nessa região “dos sertões da Copaoba”:

[...] foi propagado pelo etnólogo José Elias Borges [...] que a região do Curimataú foi território dos índios tarairiú. Na verdade, Borges fez esta consideração porque os sucuru e Canindé (grupos tarairiú) foram aldeados na região, mas isso não quer dizer, necessariamente, que o território era domínio dos tarairiú em tempos anteriores. Na verdade, os nativos da etnia tarairiú, antes da colonização dos sertões, ocupavam as regiões do Açú, Apodi, Seridó e Piranhas. [...] a região [do curimataú] sempre foi domínio potiguara e os tarairiú só vieram para a região no século XVIII, em Missão, por meio de descimento compulsório (BRITO, 2013, p. 207-208, grifo nosso).

Na publicação de Ismael da Costa (1990) sobre o deslocamento dos Tapuias por essa região, o autor diz que “os tapuias mantinham suas ‘passagens’ pelas terras da Cupaóba”, sendo uma delas situada “entre Caiçara e o Rio Grande do Norte, no rio Curimataú, no lugar exatamente denominado ‘Passagem’, próximo ao BRAGA [distrito do município de Tacima]” (COSTA, 1990, p. 76, grifo nosso). A outra passagem dos Tapuias dava-se por dentro do hoje território do município de Belém, pelo sítio Ladeira de Pedra:

A outra ‘passagem’ importante era aquela situada em Ladeira de Pedra, nas divisas de Belém com Pirpirituba, por onde os tapuias entravam, ludibriando a vigilância das tropas do capitão-mor Luiz Soares, quando iam em socorro dos seus irmãos cariris do Piancó (COSTA, 1990, p. 76).

O livre trânsito de Tapuias pelas cercanias das terras povoadas pelos Potiguaras, pode ser perfeitamente considerado, pois “entre os indígenas não havia fronteiras territoriais que existem hoje” (SANTOS, 2011, p. 51). O autor pondera, ainda que, levando em consideração

¹⁸ “[Os] Tarairiús viviam nas regiões secas do Curimataú, Seridó e Sertão [da Paraíba], geralmente junto aos rios temporários” (SANTOS, 2011, p. 56).

¹⁹ “O Rio Curimataú é um rio que banha os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte [o município de Belém está inserido na bacia hidrográfica do Rio Curimataú]. Nasce no município paraibano de Barra de Santa Rosa, na serra do Cariri Velho, pertencente ao complexo do Planalto da Borborema. Deságua no oceano atlântico pela Barra de Cunhaú, no município de Canguaretama. A denominação do rio vem do tupi curimatã-u ou quiri-mbatã, rio das curimatãs.” Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Curimataú > Acesso em: 02 jul.2015

uma lenda descrita pelo então governador da Capitania da Paraíba, o holandês Elias Heckmans, que existiam “relações pacíficas e não-pacíficas entre os indígenas do grupo Tupi e os dos grupos Tapuias” (SANTOS, 2011, p. 67), a mobilidade dos grupos indígenas pelas “passagens” pode ter sido uma constante.

Assim como os Tupis Potiguaras da Copaoba, os Tapuias foram exterminados com elevado grau de violência durante as décadas que se seguiram à investida luso-espanhola. Enfrentamento esse que prosseguiu com menor intensidade no período do domínio holandês, mas que teve seu ápice com o retorno do comando da Capitania pelos portugueses, aprofundando a ocupação do interior da Paraíba e o retalhamento das terras, como observou Ismael da Costa (1990):

O afastamento da presença, altamente incômoda, dos tapuias desse território, coincide com as guerras de extermínio, desencadeadas pelos portugueses contra os cariris, depois de cessado o domínio holandês. Elas atingiram a região de Caiçara a sair no Rio Grande do Norte, onde habitavam os Janduís e os “trairiús”. [...] ‘Os cariris [da etnia Tarairiús] chefiados por Janduís e Carcarás, eram dos rios Curimataú e Trairi, ocupando as serras de Araruna e Caxexa’. A perseguição a esses nativos [Tapuias] deu-se simultaneamente contra os da região de Caiçara e aqui foi promovida pelo afamado capitão-mor Luiz Soares; e no alto sertão da capitania, (no Piancó), por Teodósio de Oliveira Ledo que promovia a ocupação da Paraíba, partindo daquelas bandas. Como sabemos, o término do domínio holandês no Brasil ocorreu em 1654, quando se renderam. Em 1685 estavam os cariris confederados contra os brancos, de quem vinham sofrendo perseguições e guerra de extermínio. Tudo leva à conclusão de que o período que vai do começo das turbulências, decorrentes da chegada dos holandeses na Baía da Traição em 1625, até o começo do século XVIII, foi pelos portugueses dedicado a ‘domar’ ou exterminar os nativos (primeiro os potiguares, depois os cariris tapuias) com o que ‘limparam’ a área e reiniciaram o apossamento das terras, sua exploração e colonização. Já agora livres das sortidas danosas dos nativos (COSTA, 1990, p. 87-88, grifo nosso).

O sistemático extermínio dos Tapuias, no episódio denominado de Guerra dos Bárbaros, ocorrido no pós-domínio holandês, a partir da segunda metade do século XVII, teria se intensificado pela oposição que os Tapuias Tarairiús²⁰ dedicavam aos portugueses, além da então aliança desse grupo indígena com os holandeses; parceria semelhante a dos Tupis Potiguaras com os franceses no século XVI na região da Copaoba.

²⁰ Sobre os Tapuias Tarairiús, são do pintor holandês Albert Eckhout (1610-1666), trazido pelo governador-geral do Brasil holandês, Maurício de Nassau, os únicos registros iconográficos relacionados a esse grupo indígena. De origem cristã protestante, o jovem Eckhout retratou os Tapuias em três telas a óleo (Mulher Tapuia - 1641; Homem Tapuia - 1643; e Dança dos Tapuias s/d) em tamanho natural, atribuindo-lhes alguns traços etnográficos que serviram de base para o estudo desse grupo indígena extinto; obras que devem ser analisadas, todavia, a partir da visão externa pré-concebida dos europeus sobre os nativos e sua cultura.

A Guerra dos Bárbaros²¹, também chamada de Confederação dos Cariris, empreendida por diversas etnias do grupo Tapuia, foi constituída por uma forte resistência dos nativos no interior do Nordeste contra os colonizadores na figura dos Bandeirantes paulistas²². Esse conflito, o qual se estendeu de meados do século XVII até as primeiras décadas do século XVIII, após a expulsão dos holandeses, abrangeu vasto território do que conhecemos na contemporaneidade como sertões nordestinos, compreendido pelas Capitânicas do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Na historiografia brasileira, a Guerra dos Bárbaros é classificada como um dos mais sangrentos genocídios acontecidos no Brasil Colônia devido à atuação sistemática das forças coloniais, perpetradas pelos Bandeirantes, no aniquilamento de um determinado grupo indígena, no caso os Tapuias, com a finalidade de avançar na ocupação do território interiorano e expandir a área de criação do gado bovino, atividade econômica crescente a partir do referido período, como apontou Vanderley de Brito (2013):

Em meados deste século [XVII] se iniciou o adentramento pelos inóspitos sertões para o trato com a galaria, classificados à época em vacum e cavalari, principal responsável pela expansão colonizadora do oeste paraibano. [...] por volta de 1689, eclodiu nos sertões das capitânicas do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba o que a historiografia denominou de “Guerra dos Bárbaros”, um intenso conflito entre colonos e os naturais da terra (em resistência à proliferação das fazendas em suas terras). [...] Para conter estes tapuias revoltosos, o governador-geral Matias da Cunha convidou os bandeirantes paulistas, que promoveram verdadeiro genocídio pelos sertões (BRITO, 2013, p. 162-163, grifo nosso).

Nota-se, portanto, que o extermínio dos silvícolas estava inserido numa política colonial de usurpação das terras e escravização dos remanescentes dos nativos com o intuito primordial de garantir receitas com a exploração dessas terras originárias dos “bárbaros”, assim intitulados pelos ditos “civilizados” colonizadores os quais não mediram esforços para atingir os objetivos propostos, sem constrangerem-se em relação ao espantoso derramamento de sangue pelos sertões das capitânicas que mais tarde formariam a região Nordeste.

O ambiente de hostilidade entre os Tapuias (Tarairiús) e os colonizadores portugueses também é destacado por Santos (2011):

²¹ Inserido no contexto regional da Guerra dos Bárbaros, na Capitania da Bahia o conflito ficou conhecido como a Guerra do Recôncavo, e no Rio Grande do Norte ainda recebeu a denominação de Guerra do Açú, por ter ocorrido no vale do rio Açú.

²² Oriundos das vilas de São Paulo e São Vicente, principalmente, e de origem europeia, os Bandeirantes foram os pioneiros na exploração do interior do Brasil durante o período colonial. Em conluio com autoridades e colonos, exterminaram e/ou escravizaram os indígenas e os negros fugidos. Ficaram conhecidos pelo elevado grau de violência utilizado nas campanhas contra dos nativos.

[...] o grupo Tapuia hostil à colonização Lusa do interior da Capitania da Paraíba nos primeiros séculos foram os Tarairiús. Este sim, como bem observa Elias Borges, sempre se opuseram à penetração Lusa, no entanto, foram excelentes aliados dos holandeses, o que teria motivado as guerras luso-espanholas contra esses no pós-domínio holandês, levando-os a extinção rápida, em especial com a Guerra dos Bárbaros e o início do processo de ocupação dos Sertões pelos fazendeiros oriundos de Pernambuco e Bahia (SANTOS, 2011, p. 52).

Por ocuparem o vasto interior da capitania, os “Sertões da Cupaoba”, Santos (2011) observa, ainda, que os Tarairiús, que frequentavam as fraldas da Copaoba habitadas pelos Potiguaras, podem ser considerados os autênticos nativos da Paraíba, os quais foram violentamente reprimidos e estereotipados pelos colonizadores como “selvagens” e “bárbaros” devido à prática da antropofagia e outras manifestações culturais distintas do grupo Tupi, além da forte resistência aos portugueses que avançavam na ocupação do território:

O grande território interiorano da Capitania da Paraíba era ocupado pelos Tarairiús e não pelos Cariris, o que nos leva a conjecturar serem os Tarairiús os verdadeiros indígenas da Paraíba. [...] As entradas lusas nos Sertões se chocaram massivamente com as hordas de indígenas Tarairiús, daí serem vistos, pela intensa reação, como bárbaros, selvagens. Após a saída dos holandeses do Brasil, assinado o tratado de paz entre Holanda e Portugal, não estavam incluídos, em nenhuma cláusula, o perdão e a paz com os Tarairiús. Foi [o Cacique] Janduí que exigiu que se fizesse acordo de paz Português/Tarairiús, que pouco tempo depois iria ser quebrado na mais sangrenta guerra interna do Brasil: a dos Bárbaros. Durante cerca de cem anos, de 1630 até 1730, os portugueses combateram os Tarairiús, os Cariris e outros grupos e expropriaram suas terras, escravizaram outros tantos e aculturaram os poucos sobreviventes (SANTOS, 2011, p. 62-63, grifo nosso).

Dominados os nativos, os colonizadores luso-espanhóis avançaram na ocupação do território e fatiaram as terras dos Potiguaras e dos Tapuias por meio de inúmeras concessões de Sesmarias²³, das quais, séculos depois, originariam várias cidades do Agreste Paraibano, dentre elas, a cidade de Belém, que primitivamente se chamava Gengibre, um dos produtos introduzidos na região pelos colonizadores europeus na época do descobrimento do Brasil.²⁴

²³ As sesmarias eram as terras doadas pela Coroa Portuguesa a particulares, notadamente pessoas consideradas detentoras de merecimento, com o fim de promover a apropriação do território colonial, estimular a produção e trazer retorno financeiro para os cofres do reino. A posse da terra era garantida pelas cartas de sesmarias, devendo o beneficiário ocupar e cultivar a terra em determinado período de tempo, sob pena de perder a concessão. Caso obtivesse êxito, poderia ter o domínio definitivo. Os sesmeiros, aqueles que recebiam as doações, eram assim chamados pelo dever de pagar [à Coroa] o equivalente a um sexto do que produzissem. (Disponível em: <<http://veiasdahistoria.blogspot.com.br/2011/04/qual-e-o-significado-da-palavra.html>> Acesso em: 19 set. 2013).

²⁴ “O gengibre (*Zingiber officinale* Roscoe), originário da Ásia tropical, foi uma especiaria que os portugueses trouxeram para o Reino, por via marítima, do Indostão, onde era abundante e de produção local, logo a partir das primeiras viagens comerciais à Índia. [...] os portugueses introduziram o gengibre em África, pelo menos na ilha de São Tomé, e daqui passou para o Brasil.” (Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-018X2013000200014&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 28 jan. 2016).

1.2 As sesmarias belenenses

Amplio levantamento realizado por Severino Ismael da Costa²⁵ sobre as sesmarias que compuseram o originário território caiçarense, o qual englobava o atual município de Belém, foi detalhado no livro “Caiçara: Caminhos de Almoçreves” (1990). Esta publicação será tomada como base para a reconstituição das primeiras glebas de terras concedidas a sesmeiros que participaram de alguma maneira na conquista desse território que, séculos depois, tornar-se-ia a cidade de Belém.

Apresentando como referência principal a obra “Apontamentos para a História Territorial da Parahyba”, de João de Lyra Tavares, Costa (1990) levanta a primeira sesmaria limítrofe à Serra da Copaoba após serem dominados os índios Potiguaras, no início do século XVII. Trata-se da Sesmaria nº 12, de 12 de setembro de 1615, concedida a Raphael de Carvalho, influente português que chegou à Paraíba durante o governo do capitão-mor Feliciano Coelho de Carvalho, em 1592.

A Sesmaria nº 12 tinha início “no rio Manguape arriba da passagem por onde passaram André de Miranda e Duarte Gomes da Silveira para a serra da Cupaóba [...] e se estenderia esta terra aonde chamam Itapute PERPERITUBA” (COSTA, 1990, p. 83), mas ainda não penetrava no território que se constituiria a cidade de Belém, nas fraldas além da Copaoba, ou seja, não ultrapassava para a parte oeste da Serra da Copaoba, terminava na região do município vizinho de Pirpirituba. Segundo Gonçalves (2007, p. 170), na petição de Raphael de Carvalho consta como objetivo para a concessão dessa extensa sesmaria a utilização das terras para a “lavoura e criação de gado”.

Entretanto, quatro anos depois da primeira concessão, Raphael de Carvalho foi novamente contemplado com uma sesmaria, de número 13, em 06 de março de 1619, que se estendia das “... fraldas da serra de Cupaóba, na parte que chamam CURIMATAY, uma légua de terra em quadro, que começará a demarcar o dito rio Curimatay [...] e fará sua demarcação no rumo que mais quiser...” e ‘... outra légua de terra em quadro para seu cunhado Francisco Pardo’.” (COSTA, 1990, p. 86). Esta sesmaria, concedida a Raphael de Carvalho e seu cunhado, abrangia o território que hoje estão situadas as cidades de Belém e Caiçara, nas fraldas da Serra da Copaoba, às margens do Rio Curimataú:

Nº 13 em 6 de março de 1619. Raphael de Carvalho diz que foi um dos primeiros que com sua pessoa, creados e escravos e mais fábrica assistio de muito tempo na povoação da

²⁵ Prefeito do município de Caiçara entre 1955 e 1959. Foi eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro em candidatura única.

capitania da Parahyba, servindo em todas as ocasiões de guerra, que nella houve; e porque tem uma fábrica para lavouras e grangeria, requeria nas fraldas da serra da Cupaóba, na parte que chamão Curimatay, uma legoa de terra em quadro, que começará a demarcar do dito rio Curimatay em forma que fique um poço que faz o dito rio; chamado Ibury Utinga no meio da dita legoa e fará a demarcação adiante pelo rumo que mais quizer, fazendo da largura comprimento e no comprimento largura, e assim na mesma testada outra legoa de terra para seu cunhado Francisco Pardo. Foi feita a concessão de 2 legoas, um para cada um, pelo capitão general do Brazil, D. Luiz de Souza, na villa de Olinda e mandada cumprir pelo capitão-mor da Parahyba Francisco Nunes Marinho de Sá (TAVARES apud COSTA, 1990, p. 86-87).

O apontamento histórico sobre a Sesmaria nº 13 indica que Raphael de Carvalho foi “o primeiro a se apossar e, certamente, a povoar as terras de Caiçara”, como conclui Ismael da Costa:

Com Raphael de Carvalho em 1619, tivemos o primeiro aporte humano às fraldas da Cupaóba, pela banda que entesta e desce para o Rio Curimataú. Depois disto, quase cem anos após, vem a ocupação do ‘Tatu-bola’, em território tapuia, cerca de 25 quilômetros a noroeste de Caiçara. [...] Toda essa faixa de terra a partir da ribeira do Mamanguape, seguindo à direita para o Rio Grande e à esquerda contornando a dita serra, por ambas as fraldas (leste/oeste) foi objeto de partilhamento pelo branco, quando se reduziu o potiguar e expulsou o tapuia, depois do domínio holandez (COSTA, 1990, p. 89).

Em “Guerra e Açúcares. Política e Economia na Capitania da Parahyba – 1585-1630”, Gonçalves (2007) evidencia também a expansão das concessões de sesmarias para áreas além da várzea do Rio Paraíba, como por exemplo, a Serra da Copaoba e a bacia hidrográfica do Rio Curimataú, ainda sob a influência de remanescentes dos Potiguaras, nos anos vinte do século 17, os quais poderiam servir como mão-de-obra para as empreitadas dos colonos:

[...] é possível afirmar que a ocupação das demais bacias hidrográficas, situadas ao norte e a noroeste da Filipeia [João Pessoa], só teve início a partir da segunda década do século 17, quando a paz com os Potiguara parecia, de fato, assegurada. Entre os anos de 1612 e 1624, o foco das doações deslocou-se da várzea do Paraíba (em seu curso inferior) para o oeste, até atingir o Rio Gurinhém (já no seu curso médio), e para o norte, englobando terras no entorno do rio Mamanguape e do Rio Camaratuba, em toda a sua extensão, do litoral ao pé da serra da Copaoba. Chegou, inclusive a atingir a ribeira do Curimataú, na face norte da serra, devassando a fronteira com a Capitania do Rio Grande. Nesse processo de expansão, fica bastante evidente que se trata da distribuição de terras em áreas novas, onde ainda são encontradas populações Potiguara instaladas em suas aldeias originais, sendo possível inferir que as petições de terras nas suas proximidades estejam relacionadas à demanda por mão-de-obra (GONÇALVES, 2007, p. 174, grifo nosso).

Citando Costa Porto (1965), Regina Célia (2007) ainda argumenta que “no Brasil, o sistema sesmarial teria sido o responsável pela existência da grande propriedade, pois o mesmo colono poderia não apenas receber enormes, como também sucessivas extensões de terra, em diferentes época e lugares.” (GONÇALVES, 2007, p.164). É o que podemos

observar sobre algumas das características das sesmarias concedidas a Raphael de Carvalho vistas anteriormente.

As sesmarias eram comumente outorgadas aos colonos que já tinham poder financeiro o suficiente para desenvolver as atividades nas extensas áreas de terras tomadas dos nativos. Podemos elencar, como exemplo, o poderoso senhor de engenho Duarte Gomes da Silveira, pertencente à elite açucareira da Capitania de Pernambuco, um dos mais influentes colonos durante o período da efetiva colonização da Paraíba, no final do século XVI e início do século XVII.

Para os conquistadores e primeiros povoadores da Paraíba, receber sesmaria era fundamental para afirmarem a possibilidade de enriquecimento. Em sua maior parte, esses novos sesmeiros eram homens que provinham das famílias “nobres” de Pernambuco – o caso de Duarte Gomes da Silveira – ou estavam vinculados a outras atividades – como foram os casos de Diogo Nunes e Ambrósio Fernandes Brandão [cristãos-novos, ou seja, judeus supostamente convertidos ao Cristianismo], ambos originalmente envolvidos no comércio. [...] As sesmarias eram a recompensa que, a um só tempo, produzia súditos cada vez mais fiéis ao rei, reforçava o processo de ascensão social dos homens de cabedal, [...] fortalecia o poder político daqueles que controlavam sua distribuição e, finalmente, abria as portas das várzeas dos rios para a organização da produção açucareira (GONÇALVES, 2007, p. 180-181, grifo nosso).

Com a chegada dos novos invasores à Capitania da Paraíba, adentrando pela Baía da Traição, as concessões de sesmarias foram interrompidas na região durante o domínio holandês, ocorrido entre 1634 e 1654, provavelmente pela nova conjuntura política e os conflitos com os Tapuias que ainda resistiam e dificultavam o domínio de fato das áreas limítrofes com a Copaoba, neste caso, da margem esquerda do Curimataú.

A partir de Raphael de Carvalho, 1619, se registram concessões até o ano de 1624. Depois disso houve um hiato que se prolongou até 1699, período em que Lyra Tavares não registra nenhuma concessão. [...] Na região do Curimataú, mas a certa distância da Cupaóba, só veio ser concedida nova sesmaria em 1706. [...] Trata-se da sesmaria registrada sob o nº 56 de 17 de abril daquele ano, concedida a Thomé Pereira Dultra e Domingos Francisco Dias. Situava-se no sertão do Curimataú, ‘...nas ilhargas dos providos de Amaro CARNEIRO e o capitão Antonio MENDONÇA...’ As terras ficavam no ‘Tatu-bola’ (hoje simplesmente ‘Bola’) nas proximidades de Tacima. [...] É óbvio: a dominação [holandesa] tinha outro sentido que era comercial e não a posse da terra. A ordem jurídica era diferente. Este hiato foi de natureza oficial, legal, pois informalmente os holandeses não impediram a marcha para o interior, como afirma o governador holandês da Paraíba, Elias Herckmann: “... para o ocidente estendendo-se pelo sertão a dentro até onde os moradores quiserem povoar, o que até o presente não se observa senão até as montanhas da Cupaóba” (COSTA, 1990, p. 87-88 e 99, grifo nosso).

Já em relação ao período do governo holandês na Capitania da Paraíba e a consequente ocupação do território, Santos (2011) ressalta as considerações do governador neerlandês Elias Herckmans, que administrou a Paraíba de 1636 a 1639, sobre a serra da Copaoba e as

terras mais distantes da zona litorânea, chamadas de os Sertões da Copaoba. Ele pondera que até o último ano do governo de Herckmans, em 1639, a penetração pelo território interiorano da capitania não ultrapassava a região da Serra da Raiz, cujo território pertencia ao sesmeiro Raphael de Carvalho havia duas décadas antes. Após o fim do domínio holandês, as concessões das sesmarias continuaram:

Em 1639, os colonizadores luso-espanhóis haviam penetrado apenas a Serra da Raiz, acerca de 18 léguas do Litoral para o interior, domínio do grupo Tupi. [...] A serra da Cupaoba ou Ocupaoba, íngreme e alta a dar para um extenso vale que, segundo Herckmans (1985), ainda não fora percorrida e serviria de divisor entre os Sertões (terras dos Tapuias) e o Litoral (área do início do processo de colonização: terra dos colonos e dos indígenas de língua boa, ou brasílica, constituídos pelos Tupis). O além da Cupaoba, os Sertões, fora visto por Herckmans como uma área de clima bom, solos férteis e excelentes para produtos de subsistência. A partir daí, começa-se a buscar os meios necessários para ocupá-la. [...] Entretanto, os holandeses não efetivaram seus domínios na região, continuaram a arranhar o Litoral assim como fizeram os portugueses, espanhóis e franceses. Mais tarde, os portugueses visando à colonização do território começam a expulsão das campinas dos seus primeiros ocupantes, doando as famosas sesmarias (SANTOS, 2011, p. 65 e 68-69).

Concedida a Sesmaria nº 13, em 1619, que adentrava as terras belenenses na contemporaneidade, outra enorme sesmaria, que pelo limite oeste findava na atual cidade de Belém seguindo em direção norte ao Rio Curimataú, foi dada a três sesmeiros: ao capitão Francisco Affonso da Silva, ao sargento-mor Antônio Ferreira de Mendonça e ao tenente Manoel Pimenta Galheiros. Tratava-se da Sesmaria nº 160, de 21 de março de 1719, que tinha os seguintes limites:

a) Limites norte com o “riacho CANAFÍSTULA” (território caiçarense) onde estavam os tapuias sucurús (trazidos do Assu pelo capitão-mor Luiz Soares).

Esta informação confirma a localização da missão dos sucurús, nas proximidades da Vila Sertãozinho onde corre o riacho “Canafístula”. E também determina aquelas paragens como sendo ‘os sertões de Manoel Jorge’ ancestral da família Costa e talvez o primeiro clã a se deslocar ali.

b) Limites pelo oeste com o rio Curimataú com terras, dentre outros, de THOMÉ (DULTRA) PEREIRA. Não há dúvida na exata posição geográfica do rio Curimataú. Mas, a distância do rio Curimataú para o riacho da Canafístula (que não pertence à sua bacia hidrográfica) é grande. Isto põe em destaque a enorme área abrangida por essa sesmaria. E tem mais, entre o riacho Canafístula e o rio Curimataú, passa o contraforte da serra da raiz (divisor de águas das bacias do rio Curimataú e do Camaratuba), cujo acesso era difícil. Isto leva à conclusão de que a passagem para as terras dessa sesmaria subia dos sertões de Manoel Jorge pela Ladeira de Pedra [município de Belém], corredor dos tapuias.

Daí passando pela atual cidade de Belém a encontrar logo o rio Curimataú, ultrapassando o qual chegar-se-ia afinal aos providos de Thomé Pereira (COSTA, 1990, p. 91-92, grifo nosso).

Porém, é na sesmaria sob o registro de número 830, datada de 26 de julho de 1785, concedida ao capitão Manoel Ribeiro de Lacerda e a Luiz Soares da Silveira, que o exato território onde hoje está localizada a cidade de Belém foi nominalmente citado.

A Sesmária nº 830 conferia aos dois sesmeiros mencionados terras devolutas no “logar Pirpirituba, CURIMATAÚ, PICADA, sertão de Manoel Jorge, Alagoa Nova providos das Bananeiras, onde se acha uma lagoa intitulada ANGELIM... e outra GENIPAPO...” (COSTA, 1990, p. 95).

O lugar “Picada” compreende parte do perímetro urbano de Belém nos dias atuais, e provavelmente, levou essa nomenclatura por ter sido a área de uma antiga trilha dos índios tapuias, habitantes à margem esquerda do Rio Curimataú que recebe como um dos afluentes pela margem direita, o riacho da Picada, o qual tem sua nascente na região do sítio Lagoa do Matias, município de Bananeiras, e atravessa toda a parte oeste da cidade de Belém até desaguar no dito rio, ainda em território belenense, no sítio Tapera. Esta primitiva picada, ou seja, caminho estreito, trilha, conformava-se na estrada de ligação entre Belém e Bananeiras até o limiar do século 20.

Em 1837, pouco mais de cinquenta anos depois da concessão da sesmária de nº 830, as terras da Picada e adjacências, as quais originaram a cidade de Belém, foram incorporadas ao território da Vila da Independência e da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, pela Lei nº 17, de 27 de abril de 1837, sancionada pelo então presidente da Província da Parahyba do Norte, Basílio Quaresma Torreão, quando da elevação da povoação de Guarabira à categoria de vila:

Lei nº 17, de 27 de abril de 1837

Basílio Quaresma Torreão, Presidente da Província da Parahyba do Norte. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte: Art. 1º - Fica erecta em villa a povoação de Guarabira, com a denominação de Villa da Independência e em Freguezia, cujo orago será o de N. S. da Luz. Art. 2º - Os limites da nova villa e Freguezia de Guarabira serão os seguintes: [...] pelo lado do município de São Miguel seguirá o rio Curimataú, que servirá de divisão pelo lado do município de Bananeiras, e seguindo pelo mesmo rio Curimataú acima irá encontrar a estrada da picada e seguirá até Pirpirituba de Cima (MELO, p. 67-68).

Ismael da Costa (1990) garante, por fim, que “antes do início do século XIX o território de Caiçara estava ocupado totalmente”, e que a partir daquela época o território estaria saturado para a distribuição de novas sesmarias, restando poucas ou quase nenhuma a serem doadas, salvo terras devolutas por algum motivo, como por exemplo, a inexistência de herdeiros, evidenciado no caso da gleba de terra que originaria a cidade de Belém, doada por um antigo e devoto morador ao Padre José Tavares Bezerra que oficializou a doação à Igreja Católica em 1871, terra apossada e retalhada nas décadas seguintes por diversas famílias da elite belenense, uma prática similar no início da colonização com a concessão de sesmarias, conforme destacou Regina Célia (2007):

[...] a elite local [na Paraíba], formada na guerra da conquista, tornou-se detentora das terras, através da obtenção de sesmarias e de mão-de-obra – via cativo, já que a guerra da conquista enquadrava-se na categoria de “guerra justa”, ou via missões religiosas que se instalaram na área. Como conquistadores e, depois, produtores de açúcar, num mesmo movimento, lhes foram garantidos, ainda, os principais cargos e ofícios disponíveis na burocracia local (GONÇALVES, 2007, p. 101-102, grifo nosso).

A formação da elite econômica belenense seguiu, portanto, a mesma via através da obtenção de terras, da ocupação de cargos públicos locais estratégicos, e posteriormente, da inserção de representantes dos clãs familiares nos poderes políticos, como o Executivo e o Legislativo, e ainda o Judiciário, garantindo a manutenção do seu *status quo*, legitimado também pelas práticas culturais, como por exemplo, as ações religiosas (missões, construção de igreja) patrocinadas pelos representantes políticos, como veremos, no capítulo seguinte, sobre a constituição do município de Belém.

Capítulo 2

De Gengibre à Belém: a construção histórica do município

2.1 Gengibre. A origem

A atual denominação de Belém remonta aos anos de 1870, e não no início do século XX, como atestava a principal versão popular. Esse apontamento pode ser confirmado nos arquivos da Paróquia de Nosso Senhor do Bonfim, da vizinha cidade da Serra da Raiz, da qual o povoado de Belém estava sob a jurisdição dessa antiga Freguesia²⁶, nos idos de 1870.

No livro de batismo nº 01, folha 3, aberto em 30 de julho de 1870 pelo Padre Francelino Coelho Viamão, da Paróquia da Serra da Raiz, está registrado o batismo de Francisca do povoado de Belém, nos seguintes termos:

Aos quatorze de Agosto de mil e oitocentos e setenta, o Reverendo Pe. José Tavares Bezerra na Capella de Belém baptizou a Francisca, parda, com a idade de 1 mês, filha legítima de Pedro Alves da Silva e Cordalina Maria da Conceição: padrinhos Francisco Capitulino Coelho Caitetes e Francisca Umbelina de Mello. Para constar fiz este assento que assigno. Emídio Fernandes de Oliveira. Vigário Interino (LB, nº 1, folha 3).

A aludida descrição no livro de batismo da Paróquia da Serra da Raiz leva à conclusão de que o nome Gengibre, primitiva denominação de Belém, teria sofrido a modificação antes de 1870 ou naquele mesmo ano, e que segundo uma versão popular teria ocorrido por intermédio do “Frei” Herculano²⁷, “famoso pelas suas ações de fé e religiosidade, onde, nas celebrações dos atos litúrgicos, desabotoava sua batina e se autodisciplinava, com um relho chumbado na ponta, até ensanguentar-se” (SILVA, 1997, p. 41).

Interessante nota histórica do Sr. Osvany Sales, tabelião do Cartório de Registro Civil de Belém, descreve o ato religioso do padre Herculano que dirigindo “uma prece a Deus” rogou a paz para o lugarejo violento, batizando-o com o nome de Belém. Com o tempo, o

²⁶ “[...] Um misto de organização religiosa e política, que perdurou até 1890, quando Igreja e Estado se separaram. A partir de então as freguesias passaram a ser mais conhecidas pelo nome de paróquia. Nos povoados pioneiros as freguesias eram usualmente criadas imediatamente após a primeira construção do templo.” (Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/EncReg/EncSC/MegaHSC/SCcolonial/91sc0362.htm>> Acesso em: 09 de setembro de 2012).

²⁷ Padre secular, e não frei capuchinho, Hermenegildo Herculano Vieira da Costa nasceu no distrito de Quixaba, município de Uiraúna (PB), no ano de 1820. Morreu no dia 5 agosto de 1885 em Ingá (PB). (Disponível em: <<http://www.geni.com/people/Hermenegildo-Herculano-Vieira-da-Costa/6000000026650515009>> Acesso em: 29 de janeiro de 2016).

povoado se “acalmou e rapidamente se desenvolveu”, perpetuando a fama profética do religioso católico:

[...] o Missionário [padre] Herculano, convidado a pregar umas missões no povoado, alarmou-se com os crimes que havia. Reuniu o Povo, e numa grande concentração religiosa dirigiu uma prece a DEUS para que houvesse tranquilidade na região e em seguida batizou o lugar com o nome de BELÉM, com o objetivo de conseguir do Alto a paz para aquela gente. Sua prece foi ouvida. O lugar acalmou e rapidamente se desenvolveu (ASSIS, 1973, p. 2, grifo nosso).

A outra versão corrente aponta o Padre Ibiapina²⁸ como o promotor da alteração do nome de Gengibre para Belém, como afirma o escritor caiçarense Severino Ismael da Costa:

Uma outra ocorrência que lembra um costume de Ibiapina foi a tentativa para mudar o nome do lugar. Ainda fala Izabel Moura, riquíssima e entusiasmada fonte de informação: “O missionário ficava indignado com o nome Caiçara. Tem que mudar! De hoje em diante esta terra passa a chamar MARIANÓPOLIS”, que Izabel nomeava “MARIA NOBRE”. [...] Mudar nome de lugares era próprio também de Ibiapina. [...] [Ibiapina] tentou alterar nomes de arruamentos vizinhos: Para “Gengibre” propôs BELÉM, que o povo aceitou; para Serra da Raiz indicou “JERUSALÉM” (que Izabel Moura entendia “JESUS ALÉM”), denominação que não prosperou; para “Anta Esfolada”, já no Rio Grande do Norte pretendeu o nome de “NOVA CRUZ”, sugestão que o povo aceitou até os dias presentes (COSTA, 1990, p. 109, grifo nosso).

E acrescenta, em nota, o discurso do historiador paraibano Celso Mariz sobre a contemporaneidade da atuação religiosa do Padre Ibiapina (1806-1883) e do Padre Herculano (1820-1885) na região:

No que respeita a uma provável passagem de Herculano por Caiçara, Celso Mariz facilita essa hipótese, quando esclarece no citado livro: “É justo lembrarmos neste capítulo que na década começada em (18)60 Ibiapina se terá cruzado nos caminhos com outro sacerdote, senão de igual talento e poder místico, mas também um esforçado pregador e construtor de igrejas, cruzeiros e cemitérios. Era o padre Hermenegildo HERCULANO Vieira da Cunha [Costa?]”. A recém criada freguesia de N. S. do Bonfim, em Serra da Raiz (1870), deve ter se constituído em ponto de atração dos missionários da época (COSTA, 1990, p. 115, grifo nosso).

²⁸ Batizado com o nome José Antonio Pereira Ibiapina, depois alterado para José Antonio de Maria Ibiapina, Padre Ibiapina nasceu em 05 de agosto de 1806, na fazenda Morro de Jaibara, no município de Sobral (CE). Foi ordenado padre aos 47 anos, após carreira profissional como advogado, juiz de direito e Deputado Geral representando o Ceará. Tornou-se conhecido pela atividade missionária em prol dos pobres do Nordeste brasileiro, construindo, em mutirões populares, açudes, igrejas, hospitais, cemitérios e suas famosas Casas de Caridade “para recolher meninas abandonadas, ensinar a crianças pobres, recolher e dar atendimento a doentes, oferecer hospedagem aos peregrinos.” (COMBLIN, 2011, p. 9). Morreu no dia 19 de fevereiro de 1883, na Casa de Caridade Santa Fé, na divisa entre os municípios paraibanos de Solânea e Arara, onde o seu corpo está sepultado. Em 18 de fevereiro de 1992, Pe. Ibiapina foi proclamado “Servo de Deus” pela Congregação para as Causas dos Santos, dando início ao seu processo de Canonização que continua em andamento no Vaticano.

O terceiro religioso referenciado pela tradição oral como um dos autores da mudança do nome de Gengibre para Belém é o frade franciscano Martinho Jansweid (1876-1930). Frei Martinho, nascido em Colônia, na Alemanha, chegou ao Brasil no ano de 1894, instalando-se na Paraíba em 1911. Ficou conhecido pelas construções de igrejas e “uma vida dedicada às missões populares, desobrigas e visitas pastorais muitas vezes acompanhando Dom Aducto”²⁹ (RIETVELD, 2014, p. 84).

Frei Martinho não foi, certamente, o autor da alteração do nome da povoação de Gengibre por esta ter ocorrido no início do decênio de 1870. Mas, é provável que o frei franciscano tenha endossado a modificação do nome durante sua missão realizada no então distrito de Belém, na década de 1910, como é recorrente na tradição oral local.

Outra citação de Gengibre, como sendo oficialmente a antiga denominação de Belém, pode ser encontrada no Itinerário da História da Colonização da Paraíba (1989), do escritor paraibano José Leal, publicado pela A União Editora. O referido historiador relata que no ano de 1869 um engenheiro contratado pelo Império, chamado Francisco Soares Retumba, percorrendo o interior da Província da Parahyba em busca de minérios, encontrou pela primeira vez em “*Gengibre, segundo a linguagem oficial, ou Belém na linguagem do povo*”, inscrições rupestres gravadas pelos indígenas em rochas da localidade.

O relato do engenheiro Francisco Retumba dando conta da nomenclatura do povoado designado ao mesmo tempo, em 1869, de “Gengibre” e “Belém”, evidencia a rápida aceitação dos habitantes ao novo nome da localidade após sugestão do Padre Herculano ou do Padre Ibiapina, demonstrando a forte influência do catolicismo naquele período.

De acordo com as “Notas Históricas” publicadas na Biblioteca Virtual do IBGE³⁰ sobre o município de Belém, o nome anterior do povoado era Gengibre porque os nativos que habitavam essa região, os índios Potiguaras, cultivavam em grande quantidade essa erva e faziam escambo com os franceses, ou seja, trocavam o gengibre por outros produtos dos corsários que frequentavam a Serra da Copaoba - na qual está inserida grande parte do território do município de Belém - a partir do período da colonização da Paraíba, no século 16.

²⁹ Aducto Aurélio de Miranda Henriques (1855-1935), natural de Areia, no Brejo paraibano, foi o primeiro bispo da Diocese da Paraíba, de 1894 a 1935, incluindo o arcebispado quando da ereção canônica da Arquidiocese da Paraíba em 1914.

³⁰Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/belem.pdf>>. Acesso em: 30 de novembro de 2008.

No texto de autoria de Ihering Guedes Alcoforado intitulado “ALGUMAS APROXIMAÇÕES À BELÉM I: De Gengibre e Gameleira ao Iluminismo Alemão”³¹, o autor aponta uma nova versão para a origem do nome do povoado, a qual pode confluir com a versão anteriormente relacionada ao cultivo do gengibre pelos indígenas da Copaoba.

Na sua origem, a localidade era um refrigério para as mulas que transportavam as mercadorias, em especial aguardente e rapadura. Elas precisavam recuperar suas energias despendidas na descida, ou na subida da Serra da Borborema.

Em função desta necessidade de permanência por algum tempo no Piemonte da Borborema, os frequentadores passaram a marcar seus encontros de negócios em "Gengibre" (nos encontramos em Gengibre, no dia tal): nome original da aglomeração que veio a constituir Belém. GENGIBRE foi o nome original de Belém, e é um deslocamento do nome da infusão de aguardente e gengibre que era amplamente consumida pelos que utilizavam o posto de monta do Piemonte da Borborema, para nomear a localidade (ALCOFORADO, S/D; ALGUMAS APROXIMAÇÕES À BELÉM I: De Gengibre e Gameleira ao Iluminismo Alemão. Sem dados de referência).

É importante destacar que o povoado de Gengibre estava geograficamente inserido numa rota comercial bem mais ampla que se articulava a partir do Brejo Paraibano, desde o final do século XVIII, em direção aos centros de escoamento de mercadorias nas províncias da Paraíba e Pernambuco, e desta última para a Europa, como afirma Fernandes (2008):

seguindo em direção à praça pernambucana, a produção do Brejo da Parahyba era escoada acompanhando as Estradas das Boiadas, ou através de embarcações como o bergantim [embarcação à vela e a remo], carregados com diversos produtos que adentravam na barra do rio Mamanguape e faziam o transporte até Pernambuco, de onde seguiam para as cidades do Porto e de Lisboa por intermédio e financiamento dos “comerciantes de grosso trato” (FERNANDES, 2008, p. 48, grifo nosso).

A considerável produtividade nas terras do Brejo paraibano, favorecida pelo solo fértil e pelos bons índices pluviométricos, contribuiu para o desenvolvimento da produção agrícola e do intenso fluxo de almocreves com suas tropas de muares (burros e mulas) por essa região, os quais comercializavam diversos produtos alimentícios como a farinha de mandioca, a rapadura e a aguardente derivadas da cana-de-açúcar e outros alimentos consumidos no mercado interno ou destinados à exportação a partir do Porto de Salema³², em Mamanguape, no Litoral Norte da Paraíba.

Beneficiada pelas características geoclimáticas, a elevada produção agrícola no Brejo paraibano, apesar do predomínio da prática de uma agricultura de subsistência, motivou Fernandes (2008) a classificar essa região como o “celeiro da Parahyba do Norte” no século

³¹Disponível em: <<http://www.scoop.it/t/ensaios/p/2016241833/algumas-aproximacoes-a-belem-i-de-gengibre-e-gameleira-ao-iluminismo-alemao-by-ihering-guedes-alcoforado>> Acesso em: 29 de junho de 2012.

³² Antigo porto fluvial localizado na embocadura do rio Mamanguape.

XIX, atribuindo importância também às feiras livres nas vilas para as quais as estradas vicinais davam “acesso aos ‘comboios de burros’ que garantiam a permuta entre mercadorias do Brejo e do Sertão” (FERNANDES, 2008, p. 66), movimentando a economia das pequenas vilas e povoados, como é o caso da povoação de Gengibre.

A referência oficial mais antiga sobre a feira de Belém é datada de 1868, quando o povoado ainda se chamava Gengibre. Está descrita no jornal paraibano O Publicador, na correspondência remetida ao jornal pelo Sr. Emygdio da Rocha Athayde tratando do imbróglio em que se metera por causa de relacionamentos amorosos, episódio que será narrado mais adiante.

CORRESPONDENCIA.

Caiçara 13 outubro de 1868.

[...]

Sou caixeiro do Sr. Francisco Manoel da Costa Queiroz e achava-me na povoação do Gengibre, vendendo fazendas do meu patrão; quando soube que estava o subdelegado do districto, o capitão Antonio Bezerra, autorizado pelo o delegado o capitão João Alves Pereira Lima para prender-me: o que me obrigou a deixar precipitadamente a feira onde me achava, para por em segurança as fazendas e dinheiro do meu patrão (O PUBLICADOR, Ano VII, nº 1824, 16 de outubro de 1868, p. 3-4).

O depoimento do funcionário do comerciante de “fazendas”, ou seja, de tecidos, indica que a feira do povoado de Gengibre detinha considerável importância para a comercialização daquele artigo, haja vista o deslocamento com o produto de Caiçara, onde residia o comerciante, à feira de Gengibre (Belém), distante cerca de treze quilômetros percorridos, provavelmente, ao lombo de jumento, o principal meio de transporte da época. A expressão “por em segurança as fazendas e dinheiro do meu patrão” supõe, ainda, o bom resultado alcançado com a venda do produto na feira.

A atuação de comerciantes de Caiçara, com importante participação na economia regional através da produção agrícola, incluídos, evidentemente, os comerciantes residentes nas povoações inseridas no território caiçarense originário, mereceu destaque na Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, em 1928, que ao descrever as características do município paraibano de Caiçara pontuou a seguinte expressão: “E’ muito commerciante”.

Caiçara – Um dos mais novos municipios do Estado. Assenta em região algodoeira e pastoril, tendo magnificos terrenos para a agricultura. A séde é a villa de Caiçara, á margem direita do Curimatau’, a tres quilômetros da estrada de ferro. E’ de agradável aspecto e boa edificação tendo sido no Estado, a primeira a edificar predio para grupo escolar. E’ muito commerciante. O municipio conta com as seguintes povoações: Serra da Raiz, Belem de Guarabira, Duas Estradas, Alagoa de dentro e Sertãozinho (Revista da Sociedade de Geographia, Tomo XXXII, 1º semestre, 1928, p. 89-90).

Vale salientar que a feira-livre do então povoado vizinho de Caiçara foi criada no ano de 1841, após embates políticos com poderosos senhores de engenhos da Serra da Raiz, os quais se opunham à criação da feira temendo prejuízos financeiros, uma vez que monopolizavam o comércio de mercadorias a partir dos seus armazéns transformados em pontos de venda.

De acordo com Sales de Assis (1973, p. 2, grifo nosso), “como a afluência de viajantes era grande [por Gengibre], os seus habitantes organizaram uma feira, que logo se tornou umas das melhores, dada a sua ocorrência (2ª feira)”, pois não coincidia com os dias das feiras-livres de lugares como Caiçara e Guarabira, efetivando a sua realização neste dia da semana em um trecho da antiga via de acesso ao povoado, posteriormente chamada de Rua do Comércio (atualmente Rua Flávio Ribeiro), que se estendia da Igreja Nossa Senhora da Conceição ao primeiro cemitério do povoado, localizado na atual Rua Travessa Santa Ana.

Baseada na agricultura, a economia do povoado girava em torno de produtos como a cana-de-açúcar, o arroz, o agave e o algodão, notadamente, acompanhando o ciclo de produção regional das referidas culturas agrícolas. Para compreender a importância da agricultura no desenvolvimento da localidade, até a década de 1970 funcionavam cerca de onze pequenos engenhos de cana-de-açúcar em Belém³³, nos quais se produzia cachaça artesanal, rapadura ou comercializava-se o produto *in natura*.

A diversidade de gêneros alimentícios produzidos no Brejo paraibano, já no início do século XX, quando a região apresentava transformações econômicas em decorrência do declínio de determinadas culturas como, por exemplo, as plantações de café no município de Bananeiras atingidas pela praga *Cerococus paraibensis*, pode ser admitida através do depoimento do primeiro prefeito eleito de Belém Manoel Xavier de Carvalho, o qual indica o escoamento da produção de gengibre (*Zingiber officinale*) ainda pelos portos fluviais do vale do rio Mamanguape, como o Porto Novo, em Rio Tinto.

A pimenta do reino, o algodão, chamado de ouro branco naquela época, tinha muita importância. A cana-de-açúcar... Aqui tinha engenho, nessa redondeza. Gengibre era um produto que naquela época, muitos anos atrás, compravam aqui esse produto. E desembarcavam pelo porto de Rio Tinto. Isso quer dizer que [Belém] foi uma cidade muito feliz. Porque tudo progrediu (Manoel Xavier de Carvalho, Advogado, 93 anos de idade, grifo nosso).³⁴

³³ Notas históricas de Osvaldo Sales de Assis (1973, p. 7).

³⁴ Entrevista oral concedida ao autor em abril de 2008.

Com a chegada da ferrovia no Brejo paraibano, a partir do final do século XIX, instalada pela empresa inglesa Great Western do Brasil³⁵, o transporte de mercadorias pelos tropeiros dirigiu-se para as várias estações/ramais construídas nessa região, com destaque para a Estação de Independência (Guarabira), inaugurada em 05 de julho de 1884 pela E. F. Conde D’Eu, a qual foi incorporada à Great Western, alterando a forma de circulação de mercadorias, pois “a produção do espaço do Brejo da Parahyba do Norte durante os anos de 1793 a 1883, [dava-se] através das vias de escoamento fluvial e terrestre” (FERNANDES, 2008, p. 107, grifo nosso).

A nova configuração das vias de escoamento da produção brejeira, obrigando os tropeiros a refazerem as suas rotas de comercialização, favoreceu indiretamente o povoado de Belém (antigo Gengibre), pois dentre as novas estações ferroviárias construídas ao longo da Linha Norte, como foi denominado o trecho ferroviário da Great Western entre Recife (PE) e Nova Cruz (RN), três estações estavam dentro do território do município de Caiçara³⁶ do qual Belém fazia parte: a Estação de Caiçara, no distrito de Logradouro, hoje município, a Estação de Sertãozinho e a Estação de Duas Estradas, todas elas inauguradas em 01 de janeiro de 1904. Além delas, duas outras estações bem próximas a Belém foram inauguradas no período: a Estação de Pirpirituba, em 20 de dezembro de 1910; e a Estação de Borborema, em 24 de novembro de 1913; ambas como linhas de ramal para outras duas estações previstas para o município de Bananeiras (Bananeiras e Manitu).

Conforme relatório/mensagem do então presidente da Província da Paraíba do Norte, Francisco Teixeira de Sá³⁷, enviado à Assembleia Legislativa Provincial em 6 de setembro de 1873, o governo provincial solicitava a aprovação do contrato firmado com o comerciante pernambucano José Alves Barbosa Júnior, para a construção de uma estrada de ferro entre a povoação de Gengibre (Belém) e a capital da província com passagem pela cidade de Mamanguape, com a finalidade de dar impulso ao comércio da capital.

CONTRACTOS.

³⁵ A “Great Western of Brazil Railway Company Limited” foi uma empresa criada por ingleses com a finalidade de construir estradas de ferro no Brasil, especialmente na região Nordeste, a partir do final do século XIX. Recebeu autorização para funcionar em 1873. A empresa chegou a possuir uma rede ferroviária de mais de 1.600 quilômetros distribuídos entre os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Fonte: GASPARELLO, Lúcia. Great Western. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2015.

³⁶ Informações do site Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcp_pe/pe_centro_norte.htm> Acesso em: 30 de dezembro de 2015.

³⁷ Francisco Teixeira de Sá (1835-1920) administrou a Província da Paraíba de 11 de novembro de 1872 a 20 de setembro de 1873.

Em maio do corrente anno aceitei uma proposta do negociante de Pernambuco José Alves Barbosa Junior e outros para uma estrada de ferro economica, partindo desta capital á povoação de Gengibre e passando pela cidade de Mamanguape.

Requereram os proponentes a concessão provisoria do privilegio, dizendo que se sujeitam a todas as condições techicas e especiaes do contracto da empreza Conde d’Eu, e sem exigir da provincia onus algum.

Comprehendeis que não me era licito recusar semelhante proposta, tendo por objecto um grande melhoramento para a provincia, mediante somente a simples concessão do privilegio, e sendo obvias as vantagens que resultarão dahi especialmente para o desenvolvimento do commercio da capital. Assim que não hesitei em fazer o contracto, ficando elle dependente de vossa approvação.

Procedi nesse negocio de accordo com o parecer do engenheiro da provincia, e ouvindo tambem a autorisada opinião do illustrado inspector da Alfandega, Dr. José da Costa Machado.

Vae em anexo o requerimento dos concessionarios, declarando que prescindiam de qualquer auxilio oneroso por parte da provincia, motivo pelo qual entendi que não devia abrir concorrência (Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo Presidente da Província, Francisco Teixeira de Sá, 6 de setembro de 1873, p. 29).

Como observado no teor da mensagem sobre o contrato para a construção da ferrovia, o grupo de comerciantes pernambucanos capitaneados por José Alves Barbosa Júnior, o qual era membro da Junta Comercial de Recife e tinha um escritório de “Comissão de Açúcar e outros gêneros³⁸” na capital pernambucana, receberia a concessão para a execução do projeto, garantindo aplicar as “condições técnicas” de contrato semelhante realizado entre o governo provincial e os concessionários da Estrada de Ferro Conde D’Eu, a qual empreenderia, posteriormente, outro traçado de linha férrea, iniciado em 1880, ligando, a princípio, a capital da província ao povoado de Mulungu³⁹, próximo à cidade de Guarabira.

O requerimento anexo ao relatório reafirmava a importância tanto do projeto da ferrovia entre Gengibre e a capital, pelo grupo de empresários pernambucanos, quanto do projeto da Estrada de Ferro Conde D’Eu para o escoamento da produção das regiões envolvidas, tratando-se, portanto, de projetos distintos:

2ª SECCÃO.

Estrada de ferro entre esta capital e a povoação de Gengibre

Em 19 de maio proximo passado, precedendo informação d’esta repartição, houve V. Exc.^a por bem acceitar a proposta do negociante matriculado da praça de Pernambuco José Alves Barbosa Junior e de outros, e sobre ella, com minha assistencia, firmou um contracto vantajoso para a provincia, porque os concessionarios nenhum auxilio pedem para a execução de tão importante empreza, que tem por fim não só ligar as duas cidades mais populosas d’esta provincia, como tambem porque seguindo a margem esquerda do valle do rio Mamanguape, até a povoação citada, transportará para aquella e depois para esta cidade

³⁸ Fonte: Jornal do Recife, Ano XII, nº 284, 14 de dezembro de 1870, p. 2. Recife. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pesq=Jos%C3%A9%20Alves%20Barbosa%20Júnior>> Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

³⁹ Fonte: Viação Férrea Centro-Oeste do Brasil. Estrada de Ferro Conde d’Eu. Disponível em: <<http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias-historia/1907-CIB/EF-Conde-d-Eu.shtml>> Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

toda a producção do mesmo valle, assim como aquellas que de mais longe vierem ter a estação terminal.

Se esta empresa assim como a mais importante ainda, denominada Conde d'Eu, se tornarem, como espero, uma realidade teremos n'esta Capital a concentração da producção de toda provincia, e por tanto a sua prosperidade com o desenvolvimento de seu commercio quase aniquilado (Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo Presidente da Província, Francisco Teixeira de Sá, 6 de setembro de 1873, p. 107-108).

O jornal A Nação, editado no Rio de Janeiro em 1873, noticiou os dois contratos para a construção de ferrovias na Paraíba como “dous actos de grande importancia para o futuro da provincia”, igualmente destacando que os projetos foram apresentados à Assembleia Legislativa Provincial ainda na administração de Francisco Teixeira de Sá:

PROVINCIAS

Mimoseou-nos o ex-presidente da provincia da Parahyba com o relatorio com que, em 5 de setembro, abriu a assembleia legislativa provincial. [...] Colhendo desse relatorio algumas informações sobre varios ramos do serviço [...] A rubrica CONTRACTOS registra dous actos de grande importancia para o futuro da provincia.

O primeiro é a garantia do juro de 7%, concedida pela lei n. 453 de 22 de Junho sobre o capital de 5,000 contos, á empresa da construcção da estrada de ferro CONDE D'EU, de que são concessionarios o conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e Drs. Anisio Salathiel Carneiro da Cunha e André Rebouças.

O segundo é o contracto celebrado com o commerciante José Alves Barbosa junior e outros para a construcção de uma estrada de ferro economica que deve ligar a capital á povoação de Gengibre, passando pela cidade de Mamanguape (A NAÇÃO, Ano II, nº 260, 9 de dezembro de 1873, p. 3).

Entrementes, a publicação divulgara, meses antes, na edição de n. 220, que “os empresarios da via férrea de Mamanguape e Gengibre têm encontrado resistencia na assembleia á approvação do contracto por elles celebrado com a presidencia da provincia para esse fim” (A NAÇÃO, Ano II, nº 220, 21 de outubro de 1873, p. 3), renunciando a rejeição do projeto pelos deputados provinciais.

De fato, o contrato para a construção da ferrovia, com o trajeto Capital-Mamanguape-Gengibre, foi rejeitado pelos deputados provinciais da 19ª legislatura, decisão que mereceu uma breve nota no jornal pernambucano A Província: PARAHYBA – Fôra reprovado pela assembléia o contracto feito pelo anterior presidente com o Sr. José Alves Barbosa Junior, para a construcção de uma estrada de ferro de Mamanguape a Gengibre (A Província, Ano II, nº 132, 28 de outubro de 1873, p. 4).

O grupo empresarial pernambucano, não se dando por satisfeito, persistiu na empreitada a fim de conseguir autorização para a construção da ferrovia, sendo concedido pelo Ministério de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império, seis anos depois da reprovação do primeiro projeto pela Assembleia Provincial da Paraíba, o “privilegio por 50 annos a José Alves Barboza Junior e outros, para a construcção,

uso e gozo de uma estrada de ferro entre a cidade de Mamanguape, na Província da Parahyba, e a villa de Acary, na do Rio Grande do Norte”⁴⁰ com previsão para passar pelo povoado de Gengibre.

A principal mudança do novo trajeto, em relação ao traçado do projeto anterior, verifica-se nos pontos de partida e chegada da estrada de ferro. No projeto autorizado pelo referido Ministério, por abranger mais de uma província, através do Decreto nº 7.992, de 5 de fevereiro de 1881, a estrada de ferro começaria na cidade de Mamanguape, e não da Capital da província, e ultrapassaria a povoação de Gengibre adentrando na Província do Rio Grande do Norte.

Attendendo ao que Me requereram José Alves Barboza Junior, Antonio Borges da Silveira Lobo e Alfredo Cardozo Pereira, Hei por bem Conceder-lhes privilegio por cincoenta anos para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre a cidade de Mamanguape, na Província da Parahyba, e a villa de Acary, na do Rio Grande do Norte, sob as clausulas que com este baixam assignadas por Manoel Buarque de Macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Fevereiro de 1881, 60º da Independencia e do Imperio. Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. [...] Clausulas a que se refere o Decreto n. 7992 desta data I E' concedido á companhia que organizarem José Alves Barboza Junior, Antonio Borges da Silveira Lobo e Alfredo Cardozo Pereira privilegio por 50 annos para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre a cidade de Mamanguape, na Província da Parahyba, e a villa de Acary, na do Rio Grande do Norte, passando por S. João, Araçagy, Gengibre, Serra da Raiz, Caissára, Riachão e Cuité ou nas imediações destas localidades (Decreto nº 7.992, de 5 de fevereiro de 1881).

Apesar da autorização para a construção da estrada de ferro, os referidos empresários pernambucanos não efetivaram a obra e um trajeto ferroviário semelhante foi inaugurado duas décadas depois pela empresa inglesa Great Western, denominado Estrada de Ferro Conde d’Eu, porém deixando de fora tanto a povoação de Gengibre quanto a cidade de Mamanguape, esta, a segunda cidade mais populosa da província à época, e uma das mais afetadas economicamente com o novo traçado da ferrovia, como afirma Aranha (2001):

Na Parafba, por exemplo, são notórios os casos das cidades de Mamanguape e Areia, localizadas respectivamente no litoral e no brejo. Consideradas as duas maiores cidades do interior, a primeira até a década de 1880, a segunda até o começo do século XX, chegando ao ponto de rivalizarem com a própria capital, ambas perdem seu antigo “fulgor comercial” por não suportarem a concorrência da estrada de ferro. A chegada de trilhos na vila de Independência (hoje Guarabira) em 1884 e em Alagoa Grande em 1901, é considerada fatal para as duas localidades, gerando sua imediata decadência. O caso de Mamanguape é digno de nota. Até 1884, ela é uma cidade de intenso movimento comercial, servindo de

⁴⁰ Fonte: Portal Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada DECRETO Nº 7.992, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1881 Publicação Original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/18241899/decreto79925fevereiro1881546114publicacaooriginal59844pe.html>> Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

intermediária entre o brejo paraibano e as capitais de Paraíba e Pernambuco, com destaque para essa última, tendo como ponto forte a navegação de cabotagem, realizada através de porto de Salema, com saída por rio navegável para o mar (ARANHA, 2001, p. 204).

No que tange essa abreviada reconstituição sobre a instalação de ferrovias na região do Brejo paraibano, o fator político foi determinante na configuração dos trajetos, desde as reprovações e aprovações dos projetos à inclusão ou exclusão de cidades e povoados no traçado das ferrovias, sugerindo a permanente disputa das elites político-econômicas locais e regionais, as quais se articulavam entre si para garantirem seus privilégios junto às autoridades do império, numa sucessiva prática patrimonialista característico do processo histórico político brasileiro. Junte-se a isso a voracidade do capital externo, no caso o inglês, com seus desdobramentos nas relações de poder com as autoridades nacionais, regionais e locais.

A propósito da povoação do Gengibre, no jornal paraibano O Publicador, com circulação na segunda metade do século XIX, há várias referências do então “Quarteirão do Gengibre”⁴¹ que pertencia ao “termo de Bananeiras”. A citação mais antiga encontrada no jornal é datada do ano de 1864, e descreve o caso do assassinato do “inspetor de quarteirão”⁴² do Gengibre do termo de Bananeiras”, Francisco Xavier das Chagas, encontrado morto na antiga estrada de ligação entre Belém e Bananeiras, no sítio Picada.

Nas crônicas policiais estampadas em O Publicador, em dezembro de 1864, sobre o caso do assassinato do inspetor do Quarteirão do Gengibre, Francisco Xavier das Chagas, a motivação do crime deveu-se ao assédio do inspetor a uma moradora chamada Anna Maria da Conceição, quando “segurando-a por um braço, procurava força-la, ao tempo que chegando seu marido Leonardo Celestino, desfeichou em Francisco das Chagas um tiro do qual cahio morto imediatamente” (O PUBLICADOR, Ano III, nº 695, 28 de dezembro de 1864, p. 3).

O ofício enviado pela delegacia da Vila da Independência (Guarabira) ao Chefe de Polícia da Província da Paraíba Gervasio Campello Pires Ferreira, em 22 de dezembro de 1864, esclarece o local onde o crime teria ocorrido: “Illm. Sr. Sinto levar ao conhecimento de

⁴¹ Segundo nota de Wellington Barbosa da Silva, no artigo: “UMA AUTORIDADE NA PORTA DAS CASAS”: OS INSPETORES DE QUARTEIRÃO E O POLICIAMENTO NO RECIFE DO SÉCULO XIX (1830-1850), “o quarteirão era a menor unidade administrativa e, mais do que isso, policial do município – sendo constituído, no mínimo, por um conjunto de 25 casas ou fogos. Cada conjunto de três quarteirões formava um distrito. Vale salientar que, para fins eleitorais, entendia-se por fogo a casa, ou parte dela, em que habitava independentemente uma pessoa ou família, de forma que em um mesmo sobrado, por exemplo, poderiam existir dois ou mais fogos - como acontecia com os “sobrados-cortiços” de que nos fala Gilberto Freyre.”

⁴² O inspetor de quarteirão era uma função de caráter policial existente no período do Brasil Colônia, especificamente a partir do século XIX, tendo como tarefa assegurar a ordem pública através da vigilância dos moradores de determinada área. Uma vigilância que, na maioria das vezes, invadia a vida privada dos moradores, transformando-se em um verdadeiro espião da vida alheia.

V. S., que no dia 19 do corrente foi assassinado no lugar Picada⁴³, districto da Serra da Raiz, Francisco das Chagas, inspector de quartirão do Gingibre do termo de Bananeiras” (O PUBLICADOR, Ano III, nº 695, 28 de dezembro de 1864, p. 3).

Na verdade, o inspetor foi assassinado ainda em território do Termo da Independência, na estrada entre Gengibre e Bananeiras, como revelou em depoimento à polícia a esposa do autor do assassinato, a qual tinha parentes morando em Gengibre. As informações sobre o local exato do crime e o nome do autor foram retificadas pelo jornal O Publicador após acesso ao ofício enviado pelo delegado da Vila da Independência ao Chefe de Polícia da Província da Paraíba:

Declaração. – O assassinato do inspector de quartirão do Gingibre do termo de Bananeiras, de que já demos publicidade em outro número, não foi commettido por Nicolau de tal, e sim no termo da Independência por Leonardo Celestino da Silva, como tudo se vê do officio abaixo: “[...] não podendo se effectuar a prisão deste último [Leonardo Celestino], que foi o assassino, por ter se evadido. [...] Como foi a morte praticada neste termo, mandarei pedir ao delegado de Bananeiras, o corpo de delicto, que consta ter sido feito naquela villa, para instaurar o processo. – Deus guarde á V. S. Villa da Independência 22 de dezembro de 1864. III. Sr. Dr. Gervasio Campello Pires Ferreira. – D. chefe de polícia da província, Antonio Manoel de Medeiros Furtado, delegado de polícia (O PUBLICADOR, Ano III, nº 695, 28 de dezembro de 1864, p. 3).

O assassinato do inspetor de quartirão de Gengibre repercutiu até na imprensa da Província do Ceará no jornal O Cearense, em janeiro de 1865. A matéria do jornal ainda dava conta do primeiro suspeito de ter cometido o crime, o “Gervasio de tal”. Mas, com a confissão da esposa do verdadeiro autor do crime, o já citado Leonardo Celestino da Silva, foi descartada a participação do suspeito apontado na matéria:

CORRESPONDÊNCIA DO ‘CEARENSE’

Parahyba, 1º de janeiro de 1865.

Ao amanhecer do dia 20 do mez passado, no termo de Bananeiras, na estrada da povoação do Gingibre, foi encontrado assassinado o inspector de quartirão da mesma povoação, Francisco Xavier das Chagas, havendo suspeitas de que fora um Nicolau de tal o autor do crime, e do qual havia aquelle inspector na vespera tomado uma faca de ponta. Foi instalado o processo, e a polícia persegue o criminoso (O CEARENSE, Ano XIX, nº 1774, 12 de janeiro de 1865, p. 3).

Em 1867, a povoação de Gengibre, ora pertencente ao Termo de Bananeiras, ora ao Termo da Independência, recebeu novamente citações no jornal O Publicador. A primeira, datada de 26 de outubro, fazia referência a um ofício da Tesouraria de Fazenda do Governo da

⁴³ Picada é uma comunidade rural localizada próxima ao atual perímetro urbano de Belém, na rodovia estadual PB-073, e que dá nome ao riacho Picada - um dos afluentes do rio Curimataú - limítrofe natural da cidade de Belém, na parte oeste, com o município de Bananeiras.

Província da Paraíba, enviado como resposta à Secretaria de Polícia, sobre a deserção de um morador chamado João Francisco Regis:

GOVERNO DA PROVINCIA

Dia 26 de outubro de 1867.

Expediente do governo. [...]

- Idem ao delegado da capital encarregado do expediente da secretaria da policia. – Com a informação por copia inclusa da thesouraria de fazenda, de 24 do corrente, satisfaço o pedido constantes do seo officio de 9 deste mez sob n. 915 em que procurava saber se é desertor o individuo de nome João Francisco Regis, morador no lugar Gingibre do termo de Bananeiras (O PUBLICADOR, Ano VI, nº 1538, 02 de novembro de 1867, p. 3).

A segunda referência ocorreu no dia 10 de dezembro, por meio de uma pequena nota, sobre um incêndio provocado por “Guilherme”, escravo do morador Miguel Archanjo Guedes:

No dia 2 do corrente no lugar Gingibre, termo da Independência, Guilherme, escravo de Miguel Archanjo Guedes incendiou a casa de Miguel Cesario, sendo consummido pelas chammas tudo quanto existia dentro dela, bem como uma criança. Deram-se providências sobre o processo (O PUBLICADOR, Ano VI, nº 1570, 10 de dezembro de 1867, p. 1).

Um dramático caso amoroso, envolvendo o funcionário de um comerciante caiçarense e a família de uma das pretendentes que exigia a união matrimonial entre ambos, - apesar de o funcionário estar comprometido com outra jovem - levou mais uma vez à citação da povoação de Gengibre nas páginas do jornal O Publicador, em outubro de 1868.

Na carta enviada à redação do jornal, o caixeiro Emygdio da Rocha Athayde, que já estava “contractado para despozar uma filha do Sr. Francisco d’Assis Bezerra”, expunha o drama vivenciado por ele, o qual poderia ser detido a qualquer momento pelo delegado, o capitão João Alves Pereira Lima, acionado por outro candidato a sogro, o Sr. José Fernandes Bezerra que, “me achando bom para genro, pretende que eu case com sua filha maior de 20 annos, para conseguir seus fins, depois de caluniar a mim e a sua filha, foi procurar aquelle delegado, que com sua facilidade de pisar a lei e prender a todo mundo, não duvidou em mandar prender a mim” (O PUBLICADOR, Ano VII, nº 1824, 16 de outubro de 1868, p. 3).

Acusado de ter cometido “crime de honra”, Emygdio da Rocha prossegue afirmando a sua inocência e a apreensão sobre as consequências da iminente e injusta detenção, apontando a existência de conluio entre o acusador, o Sr. José Fernandes, “cujo os filhos tem sido até denunciados pela promotoria publica” pelo mesmo delito imputado a ele, e autoridades policiais para incriminá-lo, com exceção do subdelegado encarregado pelo superior de prendê-lo:

E' de notar que o Sr. José Fernandes fez-se acompanhar para a villa da Independencia do Sr. capitão André Barbosa, que foi mediano entre si e a policia, e que está disposto a promover-me todo o mal; querendo ajudar o Sr. Fernandes a punir em mim um supposto crime de honra; elle cujo os filhos tem sido até denunciados pela promotoria publica por attentados desta especie, e que nunca remendou o proprio panno.

Felizmente porem até esta data o Sr. Subdelegado não cumpriu a ilegal prisão expedida contra mim; e pelo contrário tem cercado meu digno patrão de respeito que lhe è devido pelas suas qualidades moraes; e este a seu torno secundado pela sua digna e Exma. senhora, e uma mana, tem empregado meios para acalmar os animos, do que lhes sou sumamente grato.

A ordem porem ainda não foi retirada, e posso em qualquer dia ser victima de mais essa violência, e quando obtenha minha liberdade, terei soffrido todos os encommodos de uma prisão no matto, que principie por uma peça de corda nos pulsos do cidadão, quando não é uma algema de ferro ou páo, uma corrente ou um tronco, e depois marchas forçadas a pés sob a ponta das facas substitutas, das bayonetas da policia do matto, etc., etc (O PUBLICADOR, Ano VII, nº 1824, 16 de outubro de 1868, p. 3-4).

Todo esse episódio narrado na carta, datada de 13 de outubro de 1868, deu início quando Emygdio da Rocha Athayde se encontrava na feira de Gengibre e soube que o subdelegado do distrito de Caiçara estava à sua procura, motivando a sua fuga da povoação, como descrito no início deste capítulo.

Uma das últimas referências sobre a povoação de Gengibre, encontrada também no jornal O Publicador, é datada de 18 de novembro de 1869. Nesta, o jornal dava publicidade à Lei Nº 323, de 20 de outubro de 1869, sancionada pelo presidente da Província da Paraíba Venâncio José de Oliveira Lisboa autorizando a liberação de recursos na ordem de até “dous contos de réis” para a construção de um açude em Gengibre:

GOVERNO DA PROVINCIA
LEGISLAÇÃO PROVINCIAL
LEI N. 323

de 29 de outubro de 1869

Venancio José de Oliveira Lisbôa, Presidente da Provincia da Parahyba: Faço saber a todos os seos habitantes que a assembléa legislativa provincial, decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1º O Presidente da Provincia fica autorizado a dispender as seguintes quantias:

§ 1º Com as obras internas da matriz da villa da Independência dous contos de réis.

§ 2º Com a edificação de um predio na mesma villa, destinado para as audiencias, casa de prisão, sessão do jury, e aquartellamento dos destacamentos até dez contos de réis.

§ 3º Com a construção de um açude no povoado de Alagoinhas, até dous contos de réis, igual quantia com a construção de outro semelhante na povoação do Gengibre.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto pertencer, que o cumprão e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contem. O Secretario desta Provincia o faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo da Parahyba do Norte, em 20 de Outubro de 1869, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio (O PUBLICADOR, Ano VIII, nº 2138, 18 de novembro de 1869, p. 1).

O governo provincial também publicou, nesse mesmo ano, a Lei nº 339, de 27 de novembro de 1869, criando “quatro cadeiras de instrução primária para o sexo masculino,

sendo uma na povoação do Gengibre pertencente às freguesias de Bananeiras e Independência”, a qual foi extinta simultaneamente às de quase trinta (!) localidades da província da Parahyba do Norte após decreto da Assembleia Legislativa Provincial, sancionado pelo presidente da Província através da Lei nº 651, de 4 de outubro de 1877, como consta na publicação *Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial* (INEP, 2004, p. 53 e 155).

Apesar de a povoação ser chamada popularmente de Belém já a partir de 1870, o jornal *O Liberal Parahybano* ainda citou Gengibre em matéria publicada no dia 20 de julho de 1889, quatro meses antes da Proclamação da República, sobre recursos enviados pelo vice-presidente da Província da Paraíba, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, o Barão do Abiahy, por meio de “verbas de socorros publicos do ministerio do imperio” para atender ao “estado afflictivo da população indigente daquellas localidades em consequência da secca que assola a provincia”:

1ª Secção

PRESIDENCIA DA PROVINCIA

Portarias. - O vice-presidente da provincia, atendendo a reclamação dos habitantes da villa da Serra da Raiz e da povoação de Gengibre da comarca de Guarabira sobre o estado afflictivo da população indigente daquellas localidades em consequência da secca que assola a provincia, resolve, nos termos dos decretos n. 2884 de 1º de Fevereiro de 1862 e n. 10181 de 9 de Fevereiro do corrente anno abrir, sob sua responsabilidade, á verba socorros públicos do ministerio do imperio, exercicio vigente, o credito na importancia total de um conto de réis, (1:000\$000), sendo: quinhentos mil réis (500\$000) para a mesma villa da Serra da Raiz e igual quantia para a povoação de Gengibre, afim de ser applicado, em trabalhos de obras publicas, á referida população (O LIBERAL PARAHYBANO, Ano X, nº 28, 20 de julho de 1889, p. 2).

Mais adiante, o jornal reproduz os nomes dos encarregados pelo vice-presidente da Província da Paraíba para administrar as verbas assistenciais destinadas à povoação de Gengibre, dentre os quais, o proprietário de terras na localidade o coronel Luiz Francelino da Cruz Marques, nomeado presidente da “comissão de socorros públicos”, além da quantidade de alimentos expedida pela estação ferroviária de Guarabira à povoação de Gengibre.

O vice-presidente da provincia resolve, nomear uma comissão composta do coronel Luiz Francelino da Cruz Marques como presidente, do cidadão Targino Augusto de Freitas Pêessoa e do delegado de polícia José Barbosa de Miranda e Sá, para encarregar-se da aplicação em trabalhos públicos á população indigente da povoação de Gengibre, da quantia de quinhentos mil réis (500\$000) a que se refere o credito aberto nesta data para semelhante fim. Comunicou-se aos nomeados. [...] enviar para a estação de Guarabira, e entregar as comissões de <<socorros publicos>> da povoação da Serra da Raiz e Gengibre por intermedio do contractante capitão Jeronymo José da Nobrega, na forma do respectivo contracto, para a segunda [povoação] 6 saccos com farinha, 6 ditos com milho, 2 ditos com

arroz e 2 amarrados com carne de xarque (O LIBERAL PARAHYBANO, Ano X, nº 28, 20 de julho de 1889, p. 2-3, grifo nosso).

Os apontamentos oficiais civis e religiosos são conflitantes sobre a datação dos nomes do povoado, pois enquanto nos registros do Livro de Batismo da Paróquia da Serra da Raiz, datado de 30 de julho de 1870, o povoado já é registrado como Belém, nas leis provinciais, como visto, emitidas duas décadas depois, o povoado ainda aparece como Gengibre, podendo conjecturar certa tensão entre Igreja e Estado, num período de mudança de sistema de governo no qual o Brasil passava, ou seja, de Império para República.

No aspecto religioso, permanece aceita a versão popular das Santas Missões realizadas em Belém pelo padre brasileiro Herculano ou pelo frei alemão Martinho. Conforme Rietveld (2014), a atuação religiosa deste último, no território brasileiro, ocorreu a partir de 1894, quase uma década após a morte do Padre Herculano, apesar de nas Notas Históricas do IBGE sobre os municípios brasileiros indicar, erroneamente, pertencerem à mesma Ordem religiosa e serem contemporâneos na ação missionária:

[...] segundo os antigos habitantes, um emigrante se estabelecera no povoado com um hotel e convidou os frades capuchinhos Frei Herculano e Frei Martinho, para pregarem as Santas Missões no local. Durante as pregações, surgiram vários distúrbios e os frades atribuíram os fatos ao nome que haviam dado a localidade 'GENGIBRE'. Os habitantes então pediram que eles indicassem um novo nome e foi escolhido o de 'BELÉM' (IBGE. Monografia Municipal: Município de Belém. S/D).

Administrativamente, a localidade passou de 'Quarteirão do Gengibre', pertencente a Bananeiras, na década de 1860, à categoria de Distrito de Belém, sob a jurisdição de Guarabira, ainda no final da década de 1890, provavelmente devido ao aumento de "fogos", ou seja, de habitações no território originalmente utilizado como parada para o descanso dos tropeiros da Borborema.

O "districto de Belém", por exemplo, foi citado no jornal paraibano A União, em 16 de dezembro de 1898, em decorrência da exoneração do primeiro suplente da Subdelegacia do distrito de Belém, do termo de Guarabira, o Sr. Antonio da Cunha Rego, aplicada pelo Presidente do Estado Antônio Alfredo da Gama e Melo que reconsiderou sua decisão de nomeá-lo ao referido cargo na Subdelegacia, recolocando na função o cidadão José Carlos da Costa Lima, conforme noticiou o jornal.

O Presidente do Estado, sob proposta do Dr. Chefe de Polícia, resolve considerar sem efeito os actos de 11 do corrente mez exonerando o cidadão José Carlos da Costa Lima do cargo de 1. Suplente do Subdelegado do districto de Belém da 2ª Delegacia do termo de

Guarabira, e nomeando o cidadão Antonio da Cunha Rego para substituí-lo. Remetteu-se ao Dr. Chefe de Polícia (A UNIÃO, Ano VI, nº 1474, 16 de dezembro de 1889, p. 1)

Mesmo com a oficialização do nome de Belém no final do século 19, o distrito ainda era conhecido como Gengibre e também referenciado como Belém de Caiçara até a década de 1910, constando, inclusive, a sua referência no “Diccionario Chorographico Brasileiro”, publicado no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro de 1918, com a seguinte descrição: Gengibre – pov. – Parahyba – V. Belém (de Caiçara) (Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1918, p. 161), o que pode ter levado ao conflito das versões oficial e não-oficial sobre a alteração do topônimo de Belém, pois o ano desta edição do Dicionário Corográfico Brasileiro coincide com a data propagada pela versão popular.

Na Divisão Administrativa do Brasil, de 1º de janeiro de 1933, Belém, anteriormente subordinado a Guarabira, figurou-se como um distrito pertencente ao município de Caiçara. A partir de 31 de dezembro de 1937, o distrito passou a se chamar outra vez de **Belém de Guarabira**. Essa denominação permaneceu por dois anos, quando o topônimo modificou-se novamente para **Belém**, no ano de 1939, perdurando até finais de 1943.

Nesse ínterim o nome da povoação sofreu outra modificação, segundo consta na matéria do jornal O Observador Econômico e Financeiro, do Rio de Janeiro, ainda no ano de 1939, passando de Belém de Guarabira para **Bom Jesus**. Naquele período, centenas de outros povoados também sofreram alterações no topônimo, motivando o protesto do autor da matéria que via nas constantes mudanças um dos fatores prejudiciais para o serviço dos Correios:

LOGARES QUE SE MUDAM

Às dificuldades técnicas e financeiras, á ausencia de capacitação organizada, reúnem-se outras dificuldades de ordem externa, que, bem examinadas, verifica-se serem verdadeiras causas originaes da propalada deficiencia do serviço postal. Uma destas, de sabor quasi anecdotico, é a extrema mutabilidade da toponymia no Brasil. As cidades mudam de nome com extrema e significativa versatilidade. [...]

Calcula-se a balburdia que essas mudanças, em quase 1.500 municipios, podem causar a varios serviços, especialmente aos Correios. No dia 18 do mez passado, por exemplo, o director tecnico dos Correios, sr. Carlos Taveira, baixou portaria mudando as denominações das agencias seguintes, só no Estado da Parahyba: [...] Belém de Guarabira, para Bom Jesus. (Existem numerosos Bom-Jesus no Brasil). [...] Que podem fazer os Correios? Uniformizar a toponymia, quando toda gente intervem e altera nomes de cidade? [...] Será, então, milagroso, o trabalho dos Correios? (O Observador Econômico e Financeiro, 1939, nº 40, Maio, p. 88-89).

Em tom irônico, o jornal continua a crítica às recorrentes alterações dos nomes dos povoados brasileiros, a partir das quais podemos evidenciar a disputa pela hegemonia

político-religiosa local, tão comum nos diversos períodos da história política brasileira, e que não fugiu à regra no caso de Belém com tantas mudanças no seu topônimo ao longo das décadas:

Si o viajante passa hoje por um município, encontrando em determinado districto, com determinado nome, arrisca-se, na semana seguinte, ou no mez, ou, em certos casos, no anno seguinte, a encontrar no mesmo lugar, outro arraial, ou villa, ou mesmo outra cidade. Que aconteceu? Deslocou-se a crosta terrestre? Si o viajante é lido em revistas de curiosidades scientificas, póde arriscar uma hypothese em que entram deslocamentos; si acredita nos astros, orienta-se por elles. Si resolve perguntar ao chefe de trem, ouve então a explicação: em homenagem a alguém, ou mesmo sem nenhuma homenagem palpavel, mudou o nome da cidade. Tratando-se de homenagens, nada se póde dizer, embora pareça que offerecer a alguém uma cidade seja muito sério, sobretudo em se tratando de pessoas vivas capazes de perder amanhã a cidade que hoje lhes é oferecida. Seria preferivel, em casos taes, offerecer ao homenageado, mais delicadamente, as chaves da cidade, para que dellas se apossasse com fervor e gratidão. Mas mudar o nome da cidade é uma responsabilidade indesejavel. Quando não se trata de vivos, e sim de coisas inanimadas, ou de santos do calendario, a mudança é mais estranhavel. Por que desprezar, por exemplo, S. José, e trocal-o por Santo Antonio? Ou uma “Bella Vista” por uma “Boa Viagem”? (O Observador Econômico e Financeiro, 1939, nº 40, Maio, p. 88).

Por fim, através da Lei Estadual nº 520, de 31 de dezembro de 1943, o distrito de Belém passou a denominar-se **Curimataú**, prevalecendo o topônimo durante cinco anos, sendo alterado, posteriormente, para distrito de **Belém de Caiçara** pela Lei Estadual nº 170, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1949, permanecendo até a data da emancipação política, no ano de 1957 quando voltou a se chamar apenas **Belém**, nome de origem hebraica que significa *Casa de Pão*.

2.2 Terras da Conceição.

Antes de Belém configurar-se em um exíguo aglomerado urbano e chegar à categoria de Município no ano de 1957, o território compreendido pela atual sede municipal era composto de pequenos núcleos rurais com habitações esparsas, sendo alguns deles parada obrigatória para o descanso de tropeiros e viajantes que se dirigiam às principais feiras-livres da região para comercializarem produtos agrícolas e seus derivados, como já mencionados anteriormente.

Dentre os registros oficiais mais antigos sobre o povoado de Belém, e que indica a divisão em pequenos núcleos rurais do território onde hoje é a sede municipal, destaca-se a certidão do *Joel Baptista da Fonseca e Tabellião Publico e Official do Registro de Immoveis do Termo de Guarabira*, datada do ano de 1935, referente à escritura de doação de uma parte

de terras do Reverendo Padre José Tavares Bezerra para a Capela Nossa Senhora da Conceição, da povoação de Belém, em 06 de fevereiro de 1871.

De acordo com o teor da escritura de doação do terreno pertencente ao Padre José Tavares Bezerra, os limites da terra doada eram compreendidos entre o sítio do Tenente Luiz Francelino e as casas de Pedro Ferreira, de Cândido Baraxo, do Alferes Francisco Camillo e do morador chamado “Gervasio de tal”, como pode ser verificado, a seguir, em trecho lavrado originalmente do referido documento obtido dos arquivos da Paróquia Sagrada Família de Belém:

Escritura de doação que faz o Reverendo Padre José Tavares Bezerra, de uma parte de terras, a Capella de Nossa Senhora da Conceição da povoação de Belém, pela quantia de quinhentos mil reis na forma abaixo. SAIBAM quantos este publico instrumento de escritura de doação virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Chisto de mil oitocentos e setenta e um quinquagesimo da Independencia e do Imperio do Brasil, aos seis dias do mês de fevereiro nesta Villa da Independencia Comarca de Mamanguape provincia da Parahyba do Norte, e em meu cartorio onde eu Tabelião me achava, por me ser distribuida esta escriptura, ahi perante mim e as duas testemunhas abaixo assignadas, appareceram o Reverendo Padre José Tavares Bezerra, morador na povoação de Belém deste Termo, e de outra o promotor de Cappelas Juvencio Nunes Pereira, morador nesta Villa, reconhecidos pelos próprios de que faço menção e dou fé; e pelo primeiro foi dito perante mim e as mesmas testemunhas, que de sua propria e livre vontade, por senhor e possuidor de uma parte de terras sita na povoação de Belém deste Termo com as dimensões e limites seguintes: principiando da barra dois riachos que vem do sitio do Tenente Luiz Francelino, e outro que vem do Olho dagua de Pedro Ferreira em linha recta para o poente, até a baixinha da estrada entre a casa de Candido Baraxo e a casa que foi do Alferes Francisco Camillo: e dahi em linha recta até o riacho Picada, e descendo por este até a casa de Gervasio de tal, e dahi em linha recta para o nascente a passar na Alagoinha do Lagedo grande até o riacho que vem do sitio do mesmo Tenente Luiz Francelino, e por ele acima até o mesmo ponto da barra dos dois riachos (Joel Baptista da Fonseca e Tabellião Publico e Official do Registro de Immoveis do Termo de Guarabira, etc. Certidão. Guarabira, Janeiro de 1935, p. 1).

Implícito na escritura pública de doação do terreno, em meados da segunda metade do século 19, as terras originárias da cidade de Belém e que pertenciam ao Padre José Tavares Bezerra após doação de um antigo morador, constituíam-se de pequenos sítios com habitações distantes umas das outras. Porém, como observado na parte “Gengibre. A origem”, deste texto, esse território já detinha à época o status administrativo de “Quarteirão do Gengibre” por possuir mais de duas dezenas de “fogos”, ou seja, de residências ou casebres na localidade, inclusive com a existência de uma feira-livre na década de 1860.

Nos depoimentos que se seguirão, os quais se enquadram na história oral sobre a formação de Belém, nos acostamos a Neves (2007), sem aprofundarmos o debate historiográfico sobre as fontes de pesquisa, quando a autora sublinha que,

A história oral, as histórias de vida, a ampliação da noção de fontes, escapando-se do monopólio da documentação escrita e oficial, contribuem para que a pesquisa histórica possa ter no local/atuado seu objeto e ponto de referência privilegiados. A história de onde se vive e se atua é, a um só tempo, a história de quem faz e sente diretamente é o único ponto de referência possível para a compreensão das histórias mais distantes: de outros locais, ou da chamada história geral (NEVES, 2007, p. 25).

Portanto, logo no início do século XX, em especial na década de 1910, há evidências do crescimento de um pequeno aglomerado suburbano impulsionado, provavelmente, pelo aumento do tráfego dos chamados tropeiros com suas mercadorias agrícolas, e pela organização religiosa através da construção de uma nova e maior capela, que segundo uma das versões populares, sua edificação teria iniciada no ano de 1914 – a outra versão atesta o ano de 1918 - atraindo moradores para residirem em seu entorno, tendo sido inaugurada oficialmente em 24 de fevereiro de 1934 após uma grande reforma concluída com a construção da torre. Empreendimento conduzido pelo Padre Epitácio, da Paróquia da Serra da Raiz, junto com Manuel Francisco Barbosa, uma das lideranças políticas do povoado, segundo relato do seu filho, o Sr. José Barbosa:

A Igreja da Conceição foi reformada em 1933, mais ou menos, antes já era grande, mas foi aumentada, foi completada porque não tinha os oitões, não tinha porta. Foi reformada pelo Padre Epitácio que celebrava aqui. Ele era da Serra da Raiz. Foi com a ajuda do povo. Meu pai [Manuel Francisco Barbosa] se interessou, falou com ele, que se hospedava na casa do meu pai naquela época. Então se interessaram, com a ajuda do povo, da renda do patrimônio e fizeram uma melhora na Igreja. Fizeram aquelas portas, rebocaram, porque não tinha reboco, não tinha porta (José Barbosa, aposentado, 82 anos de idade, grifo nosso).⁴⁴

Porém, bem antes da marcante reforma da Igreja Nossa Senhora da Conceição e do acompanhamento religioso no povoado pelo Padre Epitácio na década de 1930, outro religioso católico, o Padre José Tavares Bezerra, deixou seu nome gravado na memória histórica de Belém por ter oficializado, em 1871, como já dito, a doação do terreno onde hoje está localizada a sede do município. Sobre o doador do terreno para a Igreja Católica, a versão do Sr. Manoel de Oliveira, “Seu Manuca”, diz que:

Padre José Tavares não era padre daqui não, era de Guarabira. É que nessa época Belém pertencia a Guarabira, e era dirigida pela Paróquia de Guarabira, a Freguesia era de Guarabira, depois com o tempo passou pra Serra da Raiz, e depois pra Pirpirituba. Esse terreno da igreja, meu pai contava, era de um rapaz velho que morava aqui em Belém. Agora não me lembro do nome dele. E esse rapaz velho era muito religioso. Naquele tempo, terra não tinha valor, aí antes dele morrer ele doou esse terreno para a Igreja, pra Nossa Senhora. Era uma base de 124 quadros de terra ou 130, era uma coisa assim, era muita terra. Você veja que a cidade de Belém todinha é dentro desse patrimônio. Só que o

⁴⁴ Entrevista oral concedida ao autor em abril de 2008.

povo roubou um bocado, muitos tomaram parte da terra, mas era muita terra a do patrimônio. Nessa época que ele deu, Belém, que era Gengibre, era dominado por Guarabira e esse Padre José Tavares morava em Guarabira. Quando ele deu esse terreno então foi o Padre José Tavares que passou o documento do terreno para Nossa Senhora, para Igreja, com a assinatura dele, porque ele era o vigário que representava. Então tinha que ser a assinatura dele, assinado Padre José Tavares. Quem deu mesmo foi esse senhor velho que morava em Belém, não sei se era José o nome dele, é uma coisa assim. E esse mesmo senhor que deu essa terra a Nossa Senhora, esse mesmo senhor, dentro da igreja, no dia de Nossa Senhora da Conceição, na hora da missa, morreu dentro da igreja. Foi enterrado num cemiteriozinho velho que tinha lá perto de Galego do Queijo (Manoel de Oliveira, agricultor, 72 anos de idade).⁴⁵

Nas notas históricas sobre Belém, do Sr. Francisco de Assis Porpino dos Santos (*in memoriam*), o doador do terreno à Igreja Católica seria Gregório Tomaz de Aquino, antigo morador do povoado. Deduz-se, todavia, que ele pode ter sido um dos moradores que posteriormente teria adquirido a área onde foi construída a igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição, mas não o doador original da parte de terra, a qual o Padre José Tavares oficializou para a Igreja Católica.

[...] o Padre José Tavares Bezerra [...] doou o terreno para a construção da primeira Igreja, que seria em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, desmembrado de terras que recebera de presente de um antigo morador do local, de nome GREGORIO TOMAZ DE AQUINO. A construção da Igreja teve início neste mesmo ano [1918?]. [...] Hoje tem seu patrimônio com área de 80 hectares e dentro dessa possessão está à cidade encravada (SANTOS, Documento Manuscrito, S/D, grifo nosso).

Ainda segundo as suas anotações, no limiar da década de 1910 teria acelerado “a edificação do povoado de Belém, hoje Sede Municipal”, período que coincidiria com a construção de um pequeno hotel por um imigrante de nome desconhecido pela tradição oral e sem referência histórica oficial, no povoado de Belém. Santos (S/D) diz que, “em 1912, alguém, cujo nome é desconhecido, se estabeleceu no povoado com um pequeno hotel e convidou os frades capuchinhos Frei Herculano e Frei Martinho para promoverem as primeiras Santas Missões no local” (SANTOS, Documento Manuscrito, S/D).

Em relação à existência de uma capelinha de taipa e a construção da nova igreja, “Seu Manuca” discorreu sobre o processo de edificação do templo católico e seus respectivos idealizadores:

Meu pai é um dos antigos. Chamava-se Marcionílio de Oliveira. Conhecido por Gabé Mandú. Ele nasceu nos anos de 1870 pra 80, no sítio Picada, aqui em Belém. Meu pai trabalhou na Igreja da Conceição, gratuitamente. Havia uma capela em Belém, uma igreja pequena, encostada onde hoje é a casa de Zé Rodinha, naquele meio ali. De frente pro nascente. Papai dizia que era uma capelinha tão pequena que o povo pegava os caibros assim, com a mão, era baixinha. Já era de Nossa Senhora da Conceição, uma imagem bem

⁴⁵ Entrevista oral concedida ao autor em abril de 2008.

pequeninha. Aí depois que juntaram todo mundo pra fazer uma nova capela, e aí fizeram a capela com a frente pro lado da rua, pro lado do brejo, como de fato ainda hoje é. Naquela época tinha um senhor que morava em Belém chamado “Targinim”, e outros e outros. Então foi ele que deu início aquilo ali, lá pra década de [19]10, porque na era de 18 meu pai disse que ela já estava em construção, já tava a outra em construção, nessa época de 17 ou 18, por aí assim. Aí com um tempo foi feita aquela torre. Já foi em outra década que fizeram aquela torre. Foi o finado Manuel Barbosa, pai da mulher de João Pedro, da finada Anita, de José Barbosa, que assumiu, dirigiu o patrimônio, e mandou fazer aquela torre (Manoel de Oliveira, agricultor, 72 anos de idade, grifo nosso).⁴⁶

A Sra. Maria Amarante, nascida em Belém no ano de 1919, revelou que antes da demolição da antiga capelinha de taipa dedicada a Nossa Senhora da Conceição, ela frequentou esse pequeno templo católico que tinha na frente “um cruzeiro muito bonito, grande como o Cruzeiro de Roma⁴⁷”. Depoimento de uma raríssima testemunha que vivenciou este período histórico de transição entre o antigo e o novo templo católico, considerado o principal monumento arquitetônico de Belém:

Em Belém alcancei capela. Belém não tinha essa igreja assim não, era uma casa, uma capela até grande, mas não era como a matriz que está hoje. Ela tinha um cruzeiro muito bonito, grande como o Cruzeiro de Roma, na frente, onde é a pracinha aí. Era uma construção bem feita com uma madeirona bem alta, a cruz. Essa cruz foi arrancada quando desmancharam pra fazer a Igreja. Depois foi botado no cemitério (Maria Amarante, aposentada, 88 de idade).⁴⁸

Como ficou perceptível nos depoimentos anteriores, a associação entre a Igreja e as lideranças político-econômicas locais, como o Sr. Manuel Barbosa, proprietário de um engenho no sítio Grotão⁴⁹ em Belém, foi fundamental para a construção e reforma do templo católico, demonstrando as históricas relações de poder entre as elites civis e religiosas na formação da sociedade brasileira, as quais, por conseguinte, tornaram-se protagonistas políticos ou reafirmaram as suas influências nas localidades onde estavam inseridas.

Entretanto, não deve ser desprezada, obviamente, a coletiva motivação religiosa para a edificação do referido templo católico, pois apesar dos limitados recursos financeiros da maioria dos fieis envolvidos na construção, como observamos nas entrelinhas das falas dos entrevistados, houve uma grande participação de moradores do povoado, principalmente no trabalho relacionado ao alicerce da obra, já que era necessária bastante mão-de-obra para o

⁴⁶ Entrevista oral concedida ao autor em abril de 2008.

⁴⁷ Localizado no município de Bananeiras, no Brejo paraibano, trata-se de um local de peregrinação, situado a 507 m de altitude, onde estão erigidos um Cruzeiro e uma pequena Capela dedicada à Sagrada Família. O Cruzeiro de Roma foi edificado no ano de 1899 por um antigo proprietário rural e atualmente é administrado pela Diocese de Guarabira.

⁴⁸ Entrevista oral concedida ao autor em maio de 2008.

⁴⁹ A título de curiosidade, no Engenho Grotão, fundado em 1910, produziam-se rapadura e a aguardente denominada “Fuxiqueira” (Cf. BARBOSA, 2009, p. 128).

carregamento de rochas e outros materiais no início da construção da igreja, recebendo, portanto, um caráter comunitário e não apenas elitista da obra.

Sobre a formação do povoado, algumas datas e nomes de personagens apresentam divergências nas narrativas históricas devido à ausência de dados oficiais. No caso, por exemplo, da primeira capela construída de pau-a-pique, o idealizador teria sido um morador chamado José Pereira. Esse mesmo morador, em outra versão, é descrito como o imigrante que se estabeleceu no povoado e construiu uma pequena pousada e que teria convidado o Padre Herculano ou o Frei Martinho para pregarem as Santas Missões em Belém.

Em 1909 foi construído um pequeno hotel pelo imigrante José Pereira, que servia de hospedaria para transeuntes que por ali passavam em direção às cidades vizinhas. Também servia de hospedagem para os tropeiros (comércio ambulante, através de tropas de burros), que vinham do Rio Grande do Norte, trazendo várias mercadorias e o peixe seco denominado avuador para a região e levando de volta rapadura, aguardente e outras mercadorias (BARBOSA, 2009, p. 28-29).

Contudo, nas notas históricas sobre o município de Belém, fundamentadas na tradição oral e disponíveis na biblioteca virtual do IBGE, José Pereira é também citado como o construtor da primeira Capela do povoado. Já o imigrante, aparentemente influente, que teria construído o pequeno hotel e convidado os missionários católicos para a realização do evento religioso, continuaria no anonimato, sem referência histórica ao seu nome.

Em 1917 segundo os antigos habitantes, um emigrante se estabelecera no povoado com um hotel e convidou os frades capuchinhos Frei [Padre] Herculano e Frei Martinho, para pregarem as Santas Missões no local. [...] José Pereira, morador local, mandou construir a primeira Capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, onde o Padre José Tavares Bezerra celebrava a missa e outras cerimônias religiosas (IBGE. Monografia Municipal: Município de Belém. S/D. Grifo nosso).

Alheio ao nome do emblemático dono do hotel e às datações exatas sobre a origem do arruamento que se transformaria na cidade de Belém, Assis (1973) propõe que a constituição do agrupamento humano colonizador no local, e a consequente instalação da pousada que servia como hospedagem para tropeiros e outros transeuntes, seria bem mais remota do que as datas apresentadas anteriormente. Indicação plausível, levando em consideração a existência da feira-livre, na então povoação do Gengibre, já no ano de 1868.

Belém iniciou sua existência, como agrupamento humano, em tempos remotos, quando um cidadão cujo nome não conseguimos descobrir, dada a distância em que aconteceu; organizou um Café a beira da estrada que liga Natal a João Pessoa via Guarabira. Como não havia transportes rodoviários ou ferroviários, as pessoas empreendiam as viagens em muitos dias nas costas dos animais. Assim, havia necessidade de descansar, ou pernoitar

nos caminhos. Neste café, é que todos demoravam e tratavam os animais (cavalos, burros, etc.) que vinham cansados. Assim o lugar foi crescendo, [mesmo havendo] sempre insuficiência de estalagem, porém água suficiente e estável. Devido ser mais próximo dos grandes centros comerciais, (Guarabira, João Pessoa) foi se tornando centro de atração onde logo se construíram várias casas e passou a residir muitas famílias. [...] Como o povoado servia de pousada aos que vinham das feiras, recebia diariamente muitos bêbados, o que ocasionava muitas brigas e constantes crimes. Daí o seu primeiro nome ser GENGIBRE – significava coisa que vivia a arder. Como a afluência de viajantes era grande, os seus habitantes organizaram uma feira, que logo se tornou umas das melhores, dada a sua ocorrência (2ª feira) (ASSIS, 1973, p. 1-2, grifo nosso).

O contexto social de violência no povoado, descrito na citação precedente, pode ser explicado pela aglomeração desordenada de tropeiros, pela deficiência na infraestrutura de acolhimento à época e também pelo consumo exagerado de bebida alcoólica, provocando vários conflitos como é enfatizado nas narrativas. Porém, a violência é sempre relacionada ao nome do povoado, deslocando a análise das causas socioculturais para uma abordagem supersticiosa sobre aquele ambiente violento, que mais tarde se transformaria em um aglomerado urbano com suas novas problemáticas sociais, como veremos mais adiante.

No início da década de 1920, os primeiros sinais de expansão do povoado se tornaram visíveis com a formação das primeiras ruas compostas, em sua maioria, por casebres de taipa cobertos com palhas nas imediações da nova capela em construção, como é possível deduzir pelo relato da Sra. Maria Flor de Jesus (*in memoriam*), “Maria de Tinô”, natural do município de Santana do Mato, no estado do Rio Grande do Norte, que veio residir em Belém a partir do ano de 1921:

Belém era uma coisinha assim, só tinha mato, só tinha a Rua da Igreja até chegar em Paulo Guedes, e a Rua da Empresa que tinha um motor de algodão. Aquela Rua da Empresa tinha umas quatro casas. Tinha também a Rua do Sossego. A Rua onde tem a Assembleia [de Deus] era a Rua do Sossego, tinha a capelinha de Santo Antonio, era de Antônio Cândido. Onde é hoje a Rua Boa Vista, ali tinha duas ou três casinhas, casa de palha. Aqui [Rua Joaquim Rodrigues] era mato, tinha uma casa e outra acolá, de palha, do pai de Neca Venâncio, uma casona grande de palha, mas tudo era barreiro e marmeleiro. Pela Virgílio Cruz era mato, casinhas de palha, cheio de pé de marmeleiro, era tudo trancado e muito barreiro. Ali onde é Silva hoje [Bar do Silva], não tinha aquelas casas, era um corredor. Ali passava o gado do meu pai para ir onde mora João Pedro hoje. Ali tinha um tanque de Joca Paulino, onde hoje é casa de José Pacífico e sustentava Belém de água, um tanque grande (Maria Flor de Jesus, aposentada, 90 anos de idade. Grifos nosso).⁵⁰

As primeiras ruas de Belém foram abertas no entorno da Igreja Nossa Senhora da Conceição, e ao se entrelaçarem formavam a configuração de uma cruz. Receberam os nomes de Rua do Paraguai, posteriormente chamada de Rua Grande e de Rua do Comércio; Rua do Sossego, Rua da Empresa e Rua da Gameleira, nomes fundamentados nas características de

⁵⁰ Entrevista oral concedida ao autor em dezembro de 2008.

cada uma das vias, conforme relato de Dona Bernadete, que cita outros antigos nomes de ruas do pequeno povoado:

Quando eu cheguei a Belém naquela época, eu tinha sete anos, eu morava em Caiçara, meu pai era administrador da fazenda de Severino Ismael, lá em Serrinha [sítio]. Belém era uma vilazinha pequenininha, tinha essa rua aqui [início da Rua Flávio Ribeiro] que se chamava Rua do Comércio. E ali perto do cemitério, onde é a casa de Galego do Queijo, aquele pedaço de rua era um cemitério, e pra lá era Rua do Paraguai. Que era a continuação dessa rua [Flávio Ribeiro]. E tinha essa Rua Joaquim Rodrigues, que era a Rua da Gameleira. Tinha uma ruazinha que é a de compadre Benedito, a Rua da Palha, onde é a [Rua] Luiz Gomes, e a Rua da Boa Vista, também chamada Rua da Palha, porque só tinha casinhas de palha. E essa Rua Deocleciano Guedes era a Rua da Empresa, porque ali tinha o motorzinho da luz. A Rua Vicente Cadó era a Rua Santo Antônio [e depois Rua do Sossego]. Essa rua que desce aí, a rua que tinha um cabaré, a Rua D'Ávila Lins. Era uma rua famosa. E tinha outra rua com cabaré na Feliciano Pedrosa. Chamavam Rua dos Anjos (Bernadete Costa Santos, aposentada, 68 anos de idade. Grifos nosso).⁵¹

É interessante notar que nas novas nomenclaturas das ruas prevaleceram nomes de figuras com influência política e econômica em detrimento às características físicas e históricas da formação do povoado. Citamos como exemplos: a Rua do Sossego, que passou a ser chamada de Vicente Cadó, em homenagem a este antigo comerciante de Belém; a Rua da Empresa, em alusão à “empresa” de geração de energia elétrica a óleo do já distrito de Belém de Caiçara, modificada para Rua Deocleciano Guedes, também influente comerciante pertencente ao clã político dos Guedes; e a Rua da Gameleira, que recebeu o nome de Joaquim Rodrigues, outro comerciante do então distrito de Belém. Essas alterações revelam, ainda, outra característica das elites locais em perpetuarem, simbolicamente, o *status quo* de seus ramos familiares através da denominação de logradouros e prédios públicos como escolas, hospitais, bibliotecas, etc., a despeito da falta de vínculo, em alguns casos, com as funções de tais estabelecimentos públicos.

No livro “A cidade de Belém. Um relato histórico”, Barbosa (2009) destaca diversas curiosidades relacionadas aos nomes das ruas do povoado de Belém. Dentre elas, a Rua dos Pagãos, assim denominada devido às “Casas de Irene”. Uma alusão à canção popular sobre os cabarés, local “onde a rapaziada da época ia divertir-se nos braços das damas da noite”, como descreve a referida autora:

A Rua dos Pagãos: era assim chamada por se constituir das Casas de Irene de então, onde a rapaziada da época ia divertir-se nos braços das damas da noite. [...] O Curimatauzeiro sendo homem livre, como vaqueiro, trabalhava em cima de seu cavalo tangendo, alegre no aboio contemplativo, ao saudar sua boiada caminhante. Pacatos, frequentavam uma ruela de acesso ao Curimataú, por isso, o nome: Rua do Sossego. Rua do Paraguai, os brejeiros sendo escravos dos donos de Engenho, que os reprimiam, eram estressados. Iam para a

⁵¹ Entrevista oral concedida ao autor em dezembro de 2008.

feira já revoltados; assim, sempre se envolviam em brigas, onde constantemente surgiam discussões e mortes. Daí, essa rua receber tal nome, pois era frequentada por estes personagens, lembrando a Guerra do Paraguai (BARBOSA, 2009, p. 169-170).

Nesta citação, as adjetivações nos remetem aos estereótipos construídos sobre determinados grupos de pessoas, destaque: as prostitutas e seus clientes, os vaqueiros do Curimataú e os escravos dos engenhos do Brejo paraibano; vinculados, respectivamente, como “pagãos”, “pacatos” e “estressados”, adjetivos utilizados por Barbosa (2009), apesar de uma redação romantizada e talvez não intencionalmente depreciativa, mas que indiretamente reforçam a imagem deturpada e generalizada em relação a estes grupos marcados pela exclusão social.

No testemunho da Sra. Francisca Xavier dos Santos, Dona Francisquinha, são narrados outros aspectos físicos do pequeno povoado que crescia ao redor da Igreja Nossa Senhora da Conceição, sendo mencionados alguns dos principais comerciantes da localidade:

Tudo era na Rua da Conceição [atual Rua Flávio Ribeiro]. Tinha a loja de Zé Mouzinho, Zé Brasilino. Tinha a casa de Manoel Pedrosa, que vendia doce. Tinha a de Seu Aprígio. Tudo era lojinha. Uma lojinha de tecido. Tinha a farmácia de Seu Miguel Faustino. Tudo era lá, naquela ruazinha. Tinha a Rua da Gameleira [atual Rua Joaquim Rodrigues]. A Rua da Palha que é hoje a Rua Boa Vista. As casinhas eram por ali. E pra cá [bairro do Tribofe] só era mato. Só tinha a morada de Seu Tobias, lá em baixo, tinha um açude que a gente ia buscar água no pote (Francisca Xavier dos Santos, aposentada, 68 anos de idade. Grifos nosso).⁵²

A predominância de pequenos casebres no povoado contrastava-se com as residências de ricos proprietários de terras, como o fazendeiro Ivo Pedrosa, Joca Paulino ou a família Rego, como evidencia a Sra. Maria Amarante, que acrescenta as características estruturais do primeiro cemitério de Belém, já demolido:

Tinha um proprietário daqui, dono dessa rua, era o velho Ivo Pedrosa, Crispim, a família do Rego, e a finada Lê, esses eram os mais ricos. Tinha também o Joca Paulino que fez uma casona, mas por aqui era aquelas casinhas de pobre mesmo feita de palha. Aquela rua que diziam Rua do Canário [atual Rua Luiz Gomes]... Ave-Maria! Era uma rua feia. Tinha aquele esgoto que vinha da banda do Xaviezão, mas agora hoje tá tudo bonita. O cemitério era junto lá do Galego do queijo. Meus avôs mais velhos se enterraram ali. Era feito de pedra, não tinha paredão de tijolo, nem nada, era só levantada de pedra como uma cerca (Maria Amarante, aposentada, 88 anos de idade. Grifos nosso).⁵³

As moradias precárias de grande parte da população belenense sobressaíram em quase todos os depoimentos dos moradores entrevistados para a realização deste trabalho, levando-nos a conjecturar que se tratava de um dos principais problemas sociais, senão o principal,

⁵² Entrevista oral concedida ao autor em dezembro de 2008.

⁵³ Entrevista oral concedida ao autor em dezembro de 2008.

enfrentados pelos moradores na época, perdurando nas décadas seguintes à formação do povoado, como bem explicitado na letra do hino oficial da Padroeira de Belém⁵⁴, que diz em um dos versos: “Rogai por nós pecadores que onde morar não tem”. Mais adiante, no mesmo hino, é feita uma crítica sutil à distribuição das terras doadas à Igreja Católica em Belém, episódio já tratado neste texto, cujas melhores terras foram apossadas, posteriormente, pela elite belenense. Diz a estrofe: “Os pequenos desvalidos/São moradores também/Vivem aqui em poços d’água/Tanta terra que vós tem”.

Outros aspectos geográficos, socioeconômicos e culturais relacionados ao espaço inicial de convivência dos viajantes e moradores de Belém, antigo Gengibre, foram descritos por Alcoforado (S/D)⁵⁵:

A referência original em Gengibre, era a Gameleira, deu o nome a ex-Rua da Gameleira e que liga a ex-Rua Grande a ex-Central. A Rua Grande era por onde transitavam os muleiros que subiam e desciam a Serra da Borborema e, a Gameleira era onde eles estacionavam, para descansar, beber a infusão de gengibre e jogar baralho, enfim, o que se podia fazer em Gengibre. O negócio do jogo na sua última fase foi comandado por João Sales, o patrono da Maçonaria de Belém, cuja casa de jogo se localizava na Rua Grande e sua residência na Rua da Gameleira, o que indica a centralidade deste triângulo na história urbana de Belém (ALCOFORADO, S/D; ALGUMAS APROXIMAÇÕES À BELÉM I: De Gengibre e Gameleira ao Iluminismo Alemão. Sem dados de referência).

A ex-Rua Grande, que também foi chamada de Rua do Paraguai e Rua do Comércio, é a atual Rua Flávio Ribeiro Coutinho, onde se concentra os setores administrativos da Prefeitura de Belém e o principal monumento arquitetônico do município: a Igreja Nossa Senhora da Conceição. As ruas Gameleira e Central são atualmente denominadas Rua Joaquim Rodrigues e Rua Feliciano Pedrosa, respectivamente, as quais se cruzam onde existia um pontilhão⁵⁶ até o final da década de 1960.

No decorrer das décadas, principalmente após a emancipação política em 1957, Belém teve seu espaço urbano expandido com a abertura de novas ruas, construção de estabelecimentos públicos e comerciais, ampliação de serviços básicos para a população, e, posteriormente, a instalação de pequenas empresas, entrando em um processo irreversível de urbanização evidenciado por Lopes (2008), em “O Processo de Urbanização como Agente de Transformação do Espaço Ambiental no Município de Belém”:

⁵⁴ O hino da padroeira de Belém, Nossa Senhora da Conceição, foi composto em mutirão sob a liderança dos religiosos João Batista, Irmã Socorro e Irmã Zarita, os quais foram enviados pelo então arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, para atuarem em Belém no início do decênio de 1970.

⁵⁵ Fonte: ALCOFORADO, Ihering Guedes. ALGUMAS APROXIMAÇÕES À BELÉM I: De Gengibre e Gameleira ao Iluminismo Alemão. Scoop, ensaios. Disponível em: <<http://www.scoop.it/t/ensaios/p/2016241833/algumas-aproximacoes-a-belem-i-de-gengibre-e-gameleira-ao-iluminismo-alemao-by-ihering-guedes-alcoforado>> Acesso em: 29 de junho de 2012.

⁵⁶ Pequena ponte de 3 a 10 metros de comprimento.

No início da década de 1970 o município de Belém começava a sentir os efeitos da urbanização. Por iniciativa da administração pública, muitas reformas aconteceram como, o calçamento das ruas e avenidas, construção de praças, construção de alguns prédios públicos tais como: o terminal rodoviário, o mercado público [ampliação][...], a eletrificação rural e urbana [extensão], e cuidados extensivos com a saúde e educação da população. No início dos anos de 1980, com a chegada da Indústria Alimentícia Três de Maio [fundada em 03 de maio de 1976], o setor econômico começa a mostrar os primeiros sinais de desenvolvimento. [...] Na década de 1990 instalaram-se na cidade duas empresas a SALT'S (fábrica de pipocas)[desativada no início da década de 2010] e a Cerâmica Santa Helena (indústria de pré-moldados) (LOPES, 2008, p. 24, grifos nosso).

Concluimos, portanto, que o entorno da antiga capelinha de taipa, localizada à época ao lado direito da atual Igreja Nossa Senhora da Conceição, com o frontispício direcionado para o leste, pode ser considerada o marco zero da fundação da cidade de Belém, pois esse pequeno templo, ao que tudo indica surgido na segunda metade do século XIX, referenciado no trecho do livro de batismo da Paróquia da Serra da Raiz datado de 1870, e na certidão de doação de terras para a Igreja Católica, datada do ano de 1871, motivou a fixação de moradores nas proximidades da Capela situada há poucos metros de distância da afamada árvore Gameleira onde os tropeiros descansavam e existia um curral, surgindo desse modo o arruamento embrionário da cidade de Belém, característica comum, a partir do século XVIII, conforme Santos (2011), ao surgimento de outros povoados do interior, também chamado de “Sertões” da então Capitania da Paraíba, pois, até esse período, os arruados provinham das aldeias indígenas.

CONCLUSÃO

A povoação de Gengibre, que deu origem ao atual município de Belém, no Agreste Paraibano, não deve mais ser tratada como uma suposição histórica recorrente na memória dos belenenses antigos, sobre os quais, por causa do preconceito velado contra a oralidade, ainda se punham dúvidas da veracidade do topônimo considerado rudimentar, juntando-se ao desconhecimento por grande parte da população, perceptível durante as pesquisas realizadas para o desenvolvimento deste trabalho, sobre os fatos históricos relacionados a Belém, apesar da curiosidade despertada. De fato, Gengibre já se configurava como um pequeno povoado desde a segunda metade do século XIX.

Antes, porém, da formação deste povoado encravado nas fraudas da lendária Serra da Copaoba, destacamos a relevância histórica desse território, o qual já foi habitado pelos Potiguaras e outros grupos indígenas, para a ocupação efetiva da Capitania da Paraíba, evento geralmente minimizado pelo discurso oficial sobre a história da Paraíba. Entretanto, não

reivindicamos mais uma história epopeica de exaltação das “virtudes heroicas”, seja do lado dos nativos e tão pouco do lado dos colonizadores, mas a ampliação do debate sobre o processo colonizador a partir do interior.

Com relação à construção histórica do município de Belém, entendemos que as recorrentes alterações que perduraram por quase um século, na nomenclatura da localidade, prejudicou o caráter identitário tanto da população local, quanto do conhecimento externo a respeito do município que ainda hoje é conhecido como Belém de Caiçara em algumas regiões da Paraíba e de outros Estados, apesar de transcorridas seis décadas da emancipação político-administrativa.

No que concerne ao campo econômico, chamou-nos a atenção o projeto de construção da estrada de ferro, não executado, entre o povoado de Gengibre e a capital Parahyba (João Pessoa), no final do século XIX. Apontamento singular, pois até então não havia registro na história oral, muito menos nas escassas anotações históricas locais, tratando do referido projeto que, uma vez efetuado, poderia ter modificado o curso da história socioeconômica de Belém devido às consequências inerentes à chegada da estrada de ferro nas localidades contempladas com esse empreendimento.

Já no âmbito sociocultural, a considerável influência da Igreja Católica no processo histórico da formação de Belém, desde a catequização dos nativos no primitivo território, passando pela doação de terras ao padre José Tavares Bezerra, onde se constituiu a cidade de Belém, à mudança do nome do povoado promovida por religiosos durante as Missões, evidencia o alcance das ações católicas, com maior ou menor grau, ao longo dos séculos e que ainda reverberam nos dias atuais.

Por fim, concluímos também que a formação do povoado de Gengibre está estreitamente vinculada ao tráfego dos chamados tropeiros ou almocreves que circulavam entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte, expandindo-se concomitantemente ao crescimento do referido tráfego, configurando o posterior espaço urbano inicial do município de Belém.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Ihering Guedes. **Algumas Aproximações À Belém I: De Gengibre e Gameleira ao Iluminismo Alemão.** Scoop, ensaios. Disponível em: <<http://www.scoop.it/t/ensaios/p/2016241833/algumas-aproximacoes-a-belem-i-de-gengibre-e-gameleira-ao-iluminismo-alemao-by-ihering-guedes-alcoforado>> Acessado em: 29 jun. 2012.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Tomo I. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1997.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, Modernidade e Imaginário na Paraíba e Região: Tramas Político-Econômicas e Práticas Culturais (1880-1925)**. Unicamp: tese, 2001, 461 p. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000218829>>. Acessado em: 25 jan.2016.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História**. História Geral e História do Brasil. 11 ed. São Paulo: Ática, 2002.

ASSIS, Osvany Sales de. **Histórico**. (Datilografado). Belém, 1973.

BARBOSA, Ivonete Lucena. **A cidade de Belém**. Um relato histórico. João Pessoa: Sal da Terra, 2009.

BATISTA, Valdir Miguel. **Evolução Social e Política de Serra da Raiz: (1574-1959)**. Guarabira: UEPB, 2006.

BRITO, Vanderley de. **A Serra da Copaoba**. Colunista, Brejo.Com, Guarabira, 2007. Disponível em: <<http://www.brejo.com/colunistas/wmprint.php?ArtID=405>> Acessado em: 02 jul. 2015

_____. **Missões na capitania da Paraíba (1585-1758)**. Campina Grande: Cópias & Papéis, 2013.

COMBLIN, Joseph Jules. **Padre Ibiapina**. São Paulo: Paulus, 2011.

COSTA, Severino Ismael da. **Caiçara: Caminhos de Almocreves**. João Pessoa: Micrográfica, 1990.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares**. Política e Economia na Capitania da Parahyba 1585-1630. Bauru: Edusc, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca do IBGE**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/belem.pdf>>. Acessado em: 30 nov. 2008.

IBGE. Monografia Municipal: Município de Belém. Arquivo PDF. S/D

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial**. Coleção Documentos da Educação Brasileira. Org. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e Cláudia Engler Cury. Brasília, 2004.

LEAL, José Simeão. **Itinerário da História da Colonização da Paraíba aos nossos dias**. 2ª edição. João Pessoa: A União Editora, 1989.

LOPES, Jailson de Mendonça. **O Processo de Urbanização como Agente de Transformação do Espaço Ambiental no Município de Belém-PB**. Bananeiras: UFPB, 2008.

MARCIEL, Eraldo Eronides; MACÊDO, José Emerson Tavares. Nativos da Nova Terra: O indígena do sertão parahybano no contexto colonial. In: **ANPUH-PB, Anais do XIII Encontro Estadual de História, Guarabira, 2008**. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2015%20%20Eraldo%20Eronides%20Maciel%20e%20Jos%C3%A9%20Emerson%20Tavares%20de%20Mac%C3%AAdo%20TC.PDF> Acessado em: 30 dez. 2015.

MELO, Moacir Camelo de. **Itinerário Histórico de Guarabira**. João Pessoa: Artgraf, 1999.

MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias E Historiadores**. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. (Tese) Disponível em: < www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf />. Acessado em: 02 jul. 2015.

NEVES, Joana. **História Local e Construção da Identidade Social**. Revista Saeculum, Jan/Dez, 1997, p. 13-27.

POMPA, Cristina. **Profetas e santidades selvagens. Missionários e caraíbas no Brasil colonial**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 177-195. 2001.

RIETVELD, João Jorge. **Histórias esquecidas do Catolicismo Caririzeiro**. Campina Grande: Maxgraf, 2014.

SANTOS, Francisco de Assis Porpino dos. **Belém**. (Documento Manuscrito), s/d.

SANTOS, Juvandi de Souza; SILVA, Maria da Luz da. **Da Formação dos Estados Ibéricos a Conquista e Colonização Espanhola da Capitania Real da Paraíba**. João Pessoa: JRC, 2010.

SANTOS, Juvandi de Souza. **A escavação Arqueológica da Necrópole Sítio Pinturas I, na APA das Onças, em São João do Tigre: Traços Indeléveis dos Indígenas Cariris nos Sertões da Paraíba**. João Pessoa: JRC, 2011.

SILVA, Manoel Luiz da. **Bananeiras; Sua História, Seus Valores**. Bananeiras: Gráfica do Ipê, 1997.

SILVA, Wellington Barbosa da. **“Uma autoridade na porta das casas”: os inspetores de quarteirão e o policiamento no Recife do século XIX (1830-1850)**. Revista Saeculum, Jul/Dez, 2007, p. 27-41.

FONTES PRIMÁRIAS

DOCUMENTOS

LIVRO DE REGISTRO DE IMÓVEIS. Joel Baptista da Fonseca e Tabellião Publico e Official do Registro de Immoveis do Termo de Guarabira, etc. Guarabira; Janeiro de 1935.

Paróquia Nosso Senhor do Bonfim, Serra da Raiz (PB). **Livro de Batismo**. Nº 1, folha 3, 1870.

SÍTIOS DA INTERNET

Center for Research Libraries. Latin American Microform Project. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo exm. sr. presidente da provincia, dr. Francisco Teixeira de Sá, em 6 de setembro de 1873**. Parahyba, Typ. dos herdeiros de José R. da Costa, 1873. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/600/index.html>> Acessado em: 23 jan. 2016.

FEITORIA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Feitoria&oldid=44394959>>. Acessado em: 02 jul. 2015.

FERRAO, José Eduardo Mendes. Na linha dos descobrimentos dos séculos XV e XVI Intercâmbio de plantas entre a África Ocidental e a América. **Rev. de Ciências Agrárias**, Lisboa, v. 36, n. 2, p. 250-269, abr. 2013. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-018X2013000200014&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 28 jan. 2016.

RIO CURIMATAÚ. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Rio_Curimata%C3%BA&oldid=4068031>. Acessado em: 02 jul. 2015.

SILVA, Luiz Reginaldo. **Qual é o significado da palavra Sesmarias**. Veias da História. Arapiraca/AL. Disponível em: <<http://veiasdahistoria.blogspot.com.br/2011/04/qual-e-o-significado-da-palavra.html>>. Acessado em: 19 set. 2013.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Rede Ferroviária do Nordeste**. Estações Ferroviárias do Brasil. Santana de Parnaíba, SP. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcp_pe/pe_centro_norte.htm>. Acessado em: 30 dez. 2015.

GASPAR, Lúcia. **Great Western**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acessado em: 30 dez. 2015.

Viação Férrea Centro-Oeste do Brasil. **Estrada de Ferro Conde d'Eu**. Disponível em: <<http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias-historia/1907-CIB/EF-Conde-d-Eu.shtml>> Acessado em: 25 jan. 2016.

Portal Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. DECRETO Nº 7.992, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1881. Publicação Original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/18241899/decreto79925fevereiro1881546114publicacaooriginal59844pe.html>> Acessado em: 25 jan. 2016.

<<https://www.geni.com/people/Hermenegildo-Herculano-Vieira-da-Costa/600000002665051>

5009> Acessado em: 29 jan. 2016.

<<http://portalcfh.ufsc.br/~simposio/EncReg/EncSC/MegaHSC/SCcolonial/91sc0362.htm>> Acessado em: 09 set. 2012.

JORNAIS IMPRESSOS

A UNIÃO. **O Pioneirismo de Serra da Raiz**. João Pessoa, 08 de agosto de 2007.

A UNIÃO. **A terra de Iniguaçu**. João Pessoa, 04 de fevereiro de 2006.

A UNIÃO, Ano VI, nº 1474, 16 de dezembro de 1889, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=171239>> Acessado em: 05 dez. 2015.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1918, p. 161. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=313394>> Acessado em: 12 dez. 2015.

O PUBLICADOR, 1864 a 1869, números: 695; 1538; 1570; 1824; 2138. Paraíba do Norte. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/publicador/215481>> Acessado em: 07 dez. 2015.

A Província, Ano II, nº 132, 28 de outubro de 1873, p. 4. Recife. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_01&pesq=Jos%C3%A9%20Alves%20Barbosa%20Junior> Acessado em: 25 jan. 2016.

O CEARENSE, Ano XIX, nº 1774, 12 de janeiro de 1865, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>> Acessado em: 07 dez. 2015.

Revista da Sociedade de Geographia, Tomo XXXII, 1º semestre, 1928, p. 89-90. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=181897>> Acessado em: 12 dez. 2015.

O LIBERAL PARAHYBANO, Ano X, nº 28, 20 de julho de 1889, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704989&pesq=Gengibre>> Acessado em: 09 jan. 2016.

A NAÇÃO, Ano II, nº 220, 21 de outubro de 1873, p. 3. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=586404&pasta=ano%20187&pesq=gengibre>> Acessado em: 23 jan. 2016.

Jornal do Recife, Ano XII, nº 284, 14 de dezembro de 1870, p. 2. Recife. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pesq=Jos%C3%A9%20Alves%20Barbosa%20Junior>> Acessado em: 25 jan. 2016.

O Observador Econômico e Financeiro, 1939, nº 40, Maio, pp. 88-89. Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123021&pesq=bel%C3%A9m%20de%20guarabira&pasta=ano%20193>> Acessado em: 23 jan. 2016.